

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Anna Caroline Magalhães Reis

O DISCURSO DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PORTAL G1 SOBRE O ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO

Brasília

2017

Anna Caroline Magalhães Reis

O DISCURSO DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PORTAL G1 SOBRE O ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO

Monografia de conclusão de graduação para obtenção de grau de bacharel no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB. Orientadora: Profa. Dra. Márcia Marques.

Brasília

2017

O DISCURSO DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PORTAL G1 SOBRE O ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO

Anna Caroline Magalhães Reis

Monografia de conclusão de graduação para obtenção de grau de bacharel no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB. Orientadora: Profa. Dra. Márcia Marques.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Marques
Orientadora

Profa. Dra. Silvia Badim Examinadora

Profa. Dra. Kátia Belisário Examinadora

Profa. Patrícia Cunegundes
Suplente

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todos os esforços que fizeram e fazem para que eu esteja aqui.

Ao Gui, pela parceria e incentivo ao longo dessa e de tantas outras jornadas.

Aos meus amigos, em especial à Carmille, por todo conhecimento compartilhado.

À minha orientadora Márcia Marques, pela paciência, dedicação e principalmente por toda inspiração que sempre despertou em mim.

RESUMO

Esta pesquisa busca entender de que maneira a violência sexual é tratada pelo portal online G1, um dos mais populares do país, de acordo com um levantamento online da Alexa.com. Trata-se de analisar as notícias sobre o estupro coletivo que aconteceu em maio de 2016 no Rio de Janeiro que ganhou repercussão nacional e internacional. O caso envolve uma jovem de 16 anos que foi estuprada por um número indefinido de homens, estimado inicialmente em 33, que teve a violência gravada e transmitida nas redes sociais. No arcabouço teórico, o trabalho faz um panorama da violência sexual no Brasil contra meninas e mulheres e também sobre algumas funções centrais do jornalista e do meio online. Como metodologia, é adotada a análise de discurso da corrente francesa, com o intuito de verificar se as notícias trazem, em sua complexidade, a naturalização ou a denúncia da cultura de estupro presente na sociedade brasileira e de que maneira isso ocorre. O que é observado é a existência ainda muito marcante de mecanismos de silêncio que relativizam e/ou questionam a violência sexual contra meninas e mulheres.

Palavras-chave: análise de discurso, violência, estupro coletivo, silêncios, jornalismo.

ABSTRACT

This research intends to gather information about the way that sexual violence ishandled

by the online news portal G1, one of the most popular in Brazil. Its purpose is to

analyze how the news about the collective rape in Rio de Janeiro, on May 16th, were

handled. This case had enormous repercussion locally and internationally. It's about a

16 years old girl whose rape, by an unknown number of men, was recorded and shared

online through social media. The analysis follows the french current of discuss and is

reiterated by a theorical framework on gender violence and the journalism roles. The

main intent is to verify whether the news sustain the naturalization or arraign the rape

culture in the brazilian society.

Keywords: gender, discuss analysis, violence, rape, collective, journalism

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1. Perfil de vítimas por faixa etária	17
Gráfico 2. Classificação das notícias do portal G1	42
Tabela 1. Vínculo/grau de parentesco com a vítima do estupro segundo a faixa etária	da
vítima	.13
Tabela 2. Corpus da análise	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES 10	0
2. JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO DE SENTIDO19)
2.1. Jornalismo online	9
2.2. Jornalismo e educação	3
2.3. Enquadramento jornalístico	8
3. JORNALISMO E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS I	E
MULHERES	3
3.1. Metodologia: análise do discurso	3
3.2. Seleção do material de análise	8
3.3. Análise do corpus	1
3.3.1. Primeira notícia do caso	2
3.3.2. Primeira declaração da vítima	5
3.3.3. Primeira declaração de um dos suspeitos	1
3.3.4. Investigação sobre a quantidade de envolvidos 55	5
3.3.5. Desfecho das investigações	0
CONCLUSÃO	6
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS)
APÊNDICE	3

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra meninas e mulheres ainda é muito presente no Brasil. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2016, ao todo são 45.460 estupros por ano, cerca de 125 vítimas por dia. Estima-se que o número seja ainda maior: conforme aponta o Ipea (2011), apenas 10% dos casos são oficialmente registrados.

Os dados apontam que o problema está longe de ser solucionado e que o combate à violência sexual deve ser responsabilidade de todos. Este trabalho parte da premissa de que o jornalismo tem a responsabilidade social de combater a violência e é a partir desta ótica que a pesquisa vai analisar a maneira como a imprensa noticia um caso emblemático de estupro coletivo. Pensar e analisar as notícias é uma maneira de refletir sobre a sociedade e novas possibilidades para um jornalismo justo e transformador.

A escolha do caso como objeto de pesquisa se deu principalmente em virtude da repercussão nacional e visibilidade midiática que ele ganhou. Foi um caso que provocou manifestações populares por todo país e teve destaque internacional. Trata-se de notícias sobre o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos que foi abusada por um número ainda indefinido de suspeitos – que inicialmente eram estimados em 30 – enquanto estava desacordada em uma festa no Morro do Barão, Rio de Janeiro. A situação é ainda mais problemática porque o caso só foi descoberto após a divulgação de fotos e vídeos do estupro nas redes sociais. Por ter sido um caso que começou no meio online e ganhou alcance nacional, foi escolhido o portal online G1 para a seleção de notícias e análise, em virtude de seu alcance e popularidade em todo país, além de sua sede ser no Rio de Janeiro, local do crime.

A pergunta que move essa pesquisa é de que maneira o G1, um dos maiores portais online do Brasil, noticiou o estupro coletivo do Rio de Janeiro. Para responder, foi definido como objetivo verificar de que maneira as notícias abordam a vítima e os agressores do caso e se há mecanismos de culpabilização da vítima nos textos. Os objetivos específicos tratam de:

- 1) Ler sobre o tema de violência de gênero e de responsabilidade social e papel educador do jornalismo;
- 2) Coletar e selecionar as notícias referentes ao caso do estupro coletivo do Rio de Janeiro para analisar por meio da metodologia de análise do discurso;

- 3) Verificar nas notícias principalmente as fontes usadas, as aspas diretas e o sentido central apresentado em cada discurso;
- 4) Verificar se o portal adota mais um caráter de alerta e denúncia ou sensacionalista ao acompanhar o caso.

No capítulo 1 a violência sexual vai ser explicada mais a fundo, principalmente no panorama brasileiro. Trata-se de apresentar as definições de cultura de estupro, o que ela significa e quais seus problemas diante da desigualdade de gênero e da violência contra a mulher. Busca-se levantar um breve panorama da maneira como a imprensa costuma abordar a violência sexual, a forma como o judiciário brasileiro encara o problema e também como é construído o imaginário da violência em prol do benefício e defesa do masculino na sociedade brasileira, que ainda apresenta fortes traços de patriarcalismo.

O capítulo 2 abrange as teorias necessárias para formar a base dessa pesquisa. A primeira aborda as principais tendências, mecanismos e características do meio online e seus impactos ao jornalismo. A segunda trata da relação do jornalismo com a educação, ou seja, do papel social que o jornalista tem como educador e de sua tarefa de participar e auxiliar a transformação social. A terceira aborda o enquadramento jornalístico, sua definição e como a interpretação da notícia pode mudar a depender do destaque escolhido pelo jornalista. Este é um capítulo que visa explicar a linha de pensamento que a pesquisa segue e como os três tópicos conseguem se entrelaçar e despertar sentidos e efeitos específicos no texto.

Alguns desses sentidos serão analisados por meio da metodologia da análise do discurso francesa, conhecida como AD. As explicações sobre ela vão compor o capítulo 3 que vai abordar os principais conceitos e mecanismos utilizados na AD. A escolha da metodologia se deu principalmente pelo objetivo de aprofundar o tema e analisar a um pouco da complexidade da cultura do estupro. A AD francesa ajuda a estudar não só o texto, mas também fatores externos, contextos, e pontos muitas vezes subjetivos que podem dizer muito sobre a presença ou não da cultura de estupro nas notícias, mesmo que de maneira indireta e/ou intuitiva.

Este trabalho pretende refletir sobre o comportamento do portal G1 diante de um caso emblemático de violência sexual e contribuir para uma visão mais crítica sobre o tema. É pretendido não só analisar as notícias como também refletir sobre a responsabilidade que o jornalista tem de não só informar como também de ajudar na transformação social.

1. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES

A Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, define a violência contra a mulher como: "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (1994, artigo 1).

Dentre as violências citadas - física, sexual e psicológica - a sexual é uma das mais complexas, devido o caráter hediondo que muitas vezes pode adquirir, além da dificuldade que ainda existe em denunciar e combater.

A violência sexual pode ser definida de maneira ampla e genérica como uma violência de gênero que se caracteriza por um abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente e mulher) é usada para gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física (BALLONE, 2015).

A violência sexual é uma das formas mais comuns de violência contra mulheres e meninas. Ela acontece em âmbito doméstico e público e quase sempre vem acompanhada das violências psicológica e física. A cultura do estupro é um dos grandes problemas da frequência com que uma violência sexual ocorre (SOUZA; ADESSE, 2005). Considera-se cultura de estupro "o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violência sexual" (SOUSA, 2016, p 13). A ONU (2016) define cultura de estupro como:

um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento de homens. (...) A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres.

Sousa (2016) explica que enquanto o homem é educado, desde o berço, a exercer toda virilidade e liberdade sexual disponíveis, a mulher, em contraponto, é reprimida em sua construção e usufruto da sexualidade. Para um o incentivo, para outra o molde. Esta primeira contradição é entendida como um mecanismo cultural de manutenção do patriarcado, ou seja, onde o homem se vê como dominador e a mulher como dominada. Desde o final do século XIX até os dias de hoje, embora em escalas diferentes, a mulher é analisada a partir da sua vida sexual, enquanto o homem é julgado de acordo com sua disposição para o trabalho. (COULOURIS, 2004, p 4)

O conteúdo do discurso em que o estuprador se apoia é de que "o poder sexual está no homem, e que este tem o direito de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens como quiser e sempre que julgar necessário" (SOUSA, 2016, p 13). O

agressor se entende em uma posição superior, colocando sua liberdade e vontade como mais importante que de qualquer mulher. Essa ideia se consolida em várias instâncias e níveis por toda sociedade patriarcal. Muitas das dominações masculinas perpetuadas até hoje ainda são vistas, majoritariamente, como naturais, como se o homem, e apenas ele, desfrutasse de certos prazeres, poderes e liberdades. O reflexo disso se dá no fato de que o estupro é uma das formas mais difundidas de violência de gênero, em todas as culturas que se tem registro. (SOUSA, 2016, p 9)

No imaginário social existe um modelo ideal de estuprador e de vítima, onde o estuprador é "um homem mentalmente perturbado que usa da força para violentar mulheres honestas e descuidadas" (SOUSA, 2016, p 22) e a vítima é uma mulher recatada e de boa reputação. Entretanto, não só homens mentalmente perturbados estupram: um levantamento do Ipea (2014) aponta que cerca de 70% dos casos de estupro registrados são cometidos por conhecidos da vítima. A tabela 1 (IPEA, 2014, p. 10) mostra como os agressores geralmente estão próximos da vítima.

TABELA 1 - Vínculo/grau de parentesco com a vítima do estupro segundo a faixa etária da vítima.

Fonte: IPEA (2014)

	Crianças	Adolescentes	Adultos
Pai	11,8%	5,3%	1,1%
Mãe	1,7%	0,8%	0,3%
Madrasta	0,4%	0,0%	0,0%
Padrasto	12,3%	8,4%	1,1%
Cônjuge	0,8%	1,2%	9,3%
Ex-cônjuge	0,2%	0,3%	4,3%
Namorado(a)	7,1%	8,2%	1,6%
Ex-namorado(a)	0,6%	1,9%	1,7%
Filho(a)	0,1%	0,1%	0,5%
Desconhecido(a)	12,6%	37,8%	60,5%
Irmão (ã)	3,2%	1,6%	1,0%
Amigos/conhecidos	32,2%	28,0%	15,4%
Cuidador(a)	1,2%	0,6%	0,2%
Patrão/chefe	0,2%	0,6%	0,5%
Pessoa com relação instituciona	0,8%	0,8%	0,7%
Policial/agente da lei	0,2%	0,4%	0,3%
Outros	0,1%	0,2%	0,1%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

É ensinado culturalmente ao homem que o "não" da mulher pode se tornar "sim" após insistência e que consentimento é um conceito relativo. A consumação sexual é estimulada a todo instante para homens, enquanto a liberdade da mulher para dizer não e exercer autonomia sobre o próprio corpo ainda é questionada, relativizada e por vezes

menosprezada. A mulher está a todo instante sendo julgada por questões pessoais e cobra-se dela até o perfil ideal de vítima para que ela seja, realmente, considerada vítima de violência sexual. (SOUSA, 2016)

"São nebulosas, para as brasileiras, as fronteiras entre o contato sexual desejado e o consentido e cedido a partir de contextos complexos, em que o desejo da mulher não é expresso livremente" (BERGER, 2003 apud SOUZA, C; ADESSE, L, 2005, p 21). Ou seja, as mulheres ainda encontram dificuldades em discernir o que é ou não uma violência sexual, pois estão acostumadas com um modelo específico do imaginário social do que é uma vítima de estupro: angelical, desprotegida, recatada, resistente até o fim.

Existe no imaginário coletivo a imagem da vítima de estupro como a mulher que é forçada a manter relações sexuais contra a própria vontade, e que luta contra o agressor saindo do ato completamente marcada de hematomas e cortes que atestam que a vítima foi, realmente, violentada. O problema, porém, está no fato de que nem sempre são estas as circunstâncias do estupro. (SOUSA, 2016, 18)

Quando a vítima, por qualquer que seja o motivo, não se encaixa no ideal de vítima, ela é questionada e o estupro passa a ser visto como consequência de um erro que veio da mulher de permitir, dar motivo ou até mesmo não reagir o suficiente. (BIENECK, KRAHÉ, 2011) Há casos que chegam ao ponto da vítima questionar sua própria dignidade e buscar justificativas embasadas no senso comum, como estar no lugar errado, com a roupa errada ou até mesmo ter ingerido mais bebida alcoólica que o comum, para aceitar o que aconteceu. "Quando uma mulher é estuprada, automaticamente, recai sobre ela algum tipo de suspeita, e isso só é possível porque, no fundo, as pessoas têm uma visão muito estereotipada do que seja o comportamento feminino, do que deveria ser" (SOUZA, C; ADESSE, L, 2005, p. 26).

O levantamento feito pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva (2016) aponta que 42% dos homens entrevistados acreditam que a violência sexual acontece porque a mulher provoca a situação. Outros motivos citados foram não conseguir controlar impulsos, uso de álcool ou até mesmo problema mental. 44% dos homens consideram que a mulher pode ser considerada culpada caso fique até tarde em uma festa ou use roupas provocantes.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) verificou o mesmo comportamento: 30% dos participantes concordam que as roupas das mulheres justificam o estupro. De acordo com Maia e Cols (2000), ainda é muito forte a ideia que "a mulher estuprada é aquela que dá motivos ou provoca a situação ou de que só é

considerado estupro aquele em que a mulher é espancada, machucada fisicamente ou até morta" (2000, apud SUDÁRIO, ALMEIDA, JORGE, 2005, p. 84).

Existe uma idealização de que há um tipo de mulher vítima de estupro e outro tipo onde elas apenas sofrem as consequências de seus atos ou descuidos. Percebe-se ainda que existe a expectativa que a mulher reaja diante da violência, mesmo que a recomendação para qualquer outro crime seja da vítima não reagir. (BIENECK, KRAHÉ, 2011) "Quando alguém nos comunica um roubo, temos maior tendência em acreditar na vítima do que de duvidar dela. Parece haver, na sociedade, um sentimento muito mais definido de justiça em casos de violação de propriedade do que da violação da dignidade" (SOUSA, 2016, p 16). A objetificação e a dominação sobre o corpo da mulher são tão fortes que se torna comum questioná-la em qualquer contraponto com a figura masculina.

Mais culpa é atribuída à vítima e menos ao autor do estupro do que em casos de assalto. Informações sobre um prévio relacionamento entre a vítima e o criminoso aumentam as classificações da vítima como culpada e diminuem a percepção da culpa do autor nos casos de estupro, mas não em casos de roubos. Os resultados confirmam a noção de uma clemência especial em casos de violência sexual (BIENECK, KRAHÉ, 2011, apud CAIRES,2016,p.12).

O estupro é definido pelo Código Penal Brasileiro, artigo 213, como a ação de "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". A definição, entretanto, só ganhou esse formato em 2009, quando houve reformulação do Código Penal. Anterior a isso, o estupro era "constranger uma mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça", o que exclui outras formas de estupros, como em situações onde a penetração não necessariamente é consumada.

Foi apenas em 2002 que a Organização Mundial da Saúde reconheceu a violência sexual como todo ato sexual não desejado: "qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção" (SOUSA, ADESSE, 2005, p 13).

Desde 2016 circula o projeto de lei 5.452/16 na Câmara dos Deputados para aumentar a pena do estupro quando ele for coletivo, ou seja, cometido por duas pessoas ou mais. A proposta surgiu após o país se chocar com a divulgação, por parte dos agressores, de vídeos e fotos do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro em maio de 2016. O estupro coletivo é um exemplo claro de como não é apenas um desejo sexual do estuprador, mas também um desejo de dominação do homem sobre

a mulher. É uma violência que tira a liberdade e a autonomia da mulher sobre o próprio corpo. (BLAY, 2003)

Ainda assim, mesmo com projetos como esse e com as especificidades do novo Código Penal, o que é observado pelo Judiciário e refletido para o senso comum é a tendência de suspeitar da mulher.

O sistema de justiça perpetua a violência de gênero, ao abrir poucos espaços de reconhecimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência sexual. Ao contrário, em muitos casos, a reação social (formal e informal) incrementa o sofrimento dessas mulheres, produzindo a vitimização secundária, por meio da resposta violenta e moralista do sistema de justiça àquelas que buscam nele proteção. (...) O exercício de dominação simbólica encontra respaldo nas práticas e discursos do sistema de justiça, uma vez que reafirmam no campo jurídico a desigualdade entre gêneros presente na sociedade. A mentalidade institucional é um exemplo claro de como não bastam mudanças legais: é essencial que haja capacitação de operadores (as) e ruptura com o sistema simbólico de modo que se permitam espaços que realmente acolham (BRAGA; ANGOTTI; MATSUDA, 2014, p 8).

Um exemplo da visão majoritária da justiça é o caso da juíza Clarice Maria de Andrade que foi inocentada, em 2017, pelo Supremo Tribunal Federal após permitir que uma adolescente de 15 anos ficasse 26 dias presa em uma cela com mais de vinte homens, resultando em uma série de estupros rotineiros. O argumento do ministro Marco Aurélio Melo, responsável pela decisão, foi de que era exagerado puni-la.

A dificuldade de provar que um ato sexual é, na realidade, estupro vem da barreira criada através do julgamento da sociedade. Uma sociedade que idealiza a vítima de estupro com critérios tão rigorosos, que são quase intangíveis, e, ao mesmo tempo, que cria a imagem de um estuprador bestial que fica na espreita de um beco escuro esperando a oportunidade de levar a cabo seu desejo. Essa construção social da imagem da vítima, assim como das circunstâncias em que a sociedade em geral configura o estupro como tal, acaba por encobrir todo um modus operandi de estupradores que não são reconhecidos como estupradores (SOUSA, 2016, 22).

Para a criação das delegacias de defesa da mulher, por exemplo, foi preciso de intensa articulação de movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970 no Brasil, período marcado pela ditadura militar do país. "Muito esforço custou às mulheres da sociedade civil arcar com esta fundamental atividade" (BLAY, 2003, p. 91).

Sousa (2016) aponta que a complexidade em definir e caracterizar um estupro gera uma série de dificuldades para combatê-lo, como:

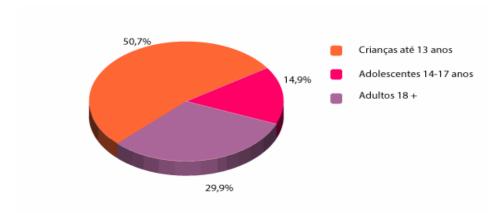
(...) que o crime seja registrado, que a condição da vítima seja reconhecida e devidamente remediada, que o sistema crie meios mais eficazes de prevenção focados na educação sexual dos homens e não apenas na prevenção das mulheres, como acontece atualmente, que seja feito estudo mais aprofundado das causas desse fenômeno etc. A ignorância para com o sistema que fomenta a prática de estupro apenas serve para proteger inúmeros estupradores do julgamento legal e social de seus atos, impedindo, também, o reconhecimento do comportamento ou de estimuladores desse ato (SOUSA, 2016, p 24).

No Brasil, de acordo com dados do Anuário de Segurança Pública (2016), cerca de 126 pessoas são vítimas de estupros por dia, o que configura 45.460 vítimas por ano. As estimativas são ainda maiores: estima-se que apenas 10% dos casos são notificados para a polícia, (IPEA, 2014, p 6) o que leva a previsão de que anualmente acontecem cerca de 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país. As vítimas são principalmente mulheres, cerca de 88,5%, sendo que 51% deste número são mulheres negras e pardas. (IPEA, 2014, p. 7)

Ainda de acordo com o levantamento do Ipea, cerca de 70% dos casos atingem, principalmente, crianças e adolescentes de até 17 anos. Conforme indica o Gráfico 1, o maior número de casos está ainda dentro da faixa etária de crianças de até 13 anos.

GRÁFICO 1 - Perfil de vítimas por faixa etária.

Fonte: autoria própria.



Atribuir a culpa à mulher em casos de violência sexual é "uma forma de justificar a massiva ocorrência desses crimes - ocorre pela leviandade da vítima" (CARDOSO, VIEIRA, 2014, p. 80). Essa atribuição de culpa é ainda um sério agravante:

para além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada socialmente, o que reitera não só sua posição submissa nas relações sociais como também seu papel como propriedade do homem, reforçando a ideologia androcêntrica da estrutura social corrente (CARDOSO, VIEIRA, 2014, p. 72) .

As bases sócio-históricas devem ser levadas em consideração quando o assunto é violência sexual, principalmente quando as vítimas são meninas e mulheres. Esse tipo de violência na maioria das vezes diz respeito ao sentimento de dominação e posse que homens têm pelas mulheres. Sousa (2016, p 11) enfatiza que "é importante compreender que a realização do desejo sexual do agressor pode se manifestar de várias formas, mas nenhuma delas respeita a vontade e a dignidade da vítima".

O estupro coletivo é uma demonstração de como a violência sexual diz respeito a poder e não a doença. A vítima ser estuprada por duas ou mais pessoas demonstra que não é questão de duas ou mais pessoas serem doentes e estarem no mesmo local violentando alguém que se submeteu a situação. De acordo com o Ipea (2014) cerca de 10,47% dos casos registrados de crianças, 16,22% dos casos de adolescentes e 15,36% dos casos de adultos são cometidos por dois ou mais agressores.

Kaplan e Sadock (1990 apud SUDÁRIO, ALMEIDA, JORGE, 2005, p.82) pontuam ainda que "o estuprador tem necessidade de expressar raiva e poder e recorre ao estupro para manifestar isso. Portanto não é a temática do sexo que o atrai e sim necessidades não sexuais". Eles complementam ainda que

o crime é cometido para aliviar uma energia agressiva demasiadamente intensa contra pessoas pelas quais o estuprador tem algum respeito. Embora essas pessoas admiradoras sejam geralmente homens, a violência vingativa e dirigida às mulheres. Esta descoberta encaixa-se na teoria feminista, que propõe que a mulher serve ao objeto de deslocamento da agressão que o estuprador não pode expressar diretamente contra outros homens. A mulher é considerada propriedade ou posse vulnerável dos homens (1990 apud SUDÁRIO, ALMEIDA, JORGE, 2005, p.82).

A imprensa brasileira até a década de 1980 apresentava a vítima mulher como causadora de sua própria morte em casos de violência, principalmente doméstica. (BLAY, 2003, p 93) Embora esse tratamento de culpa atribuído à mulher não seja mais dessa forma na imprensa, ainda é preciso observar e pesquisar como a mulher é vista e abordada pelas notícias, além de como o agressor é apresentado.

Cabe à imprensa escolher reforçar o senso comum já enraizado ou desconstruí-lo com análises mais aprofundadas, dados atualizados e explicações além do óbvio. "A mídia participa de forma efetiva na construção de sujeitos e subjetividades, produzindo saberes e ensinando às pessoas modos de ser e estar na cultura" (FISCHER, 2002 apud SOUZA, T., OLIVEIRA, S., 2015, p. 4).

O noticiário brasileiro ainda é focado em casos individuais, sem que haja discussão mais ampla do assunto. Existe ainda uma "dificuldade em tratar a violência contra as mulheres enquanto complexo e multidimensional" (ANDI, GALVÃO, 2011, p 3). O senso comum reflete nas notícias, onde muitas vezes os casos de violência contra as mulheres são justificados por questões da desestruturação familiar. (ANDI, GALVÃO, 2011)

Belisário e Biachi (2015, p. 1) verificam, ao analisar um jornal de Minas Gerais, que "a cobertura acerca da violência de gênero apela para o emocional e o excepcional, mas não incentiva a denúncia da violência contra as mulheres. Pelo contrário, explora o

sensacionalismo do fato, contribuindo para sua naturalização." As autoras pontuam ainda que a naturalização da violência acontece até em notícias que muitas vezes aparentam ter caráter de denúncia. Um exemplo é a ideia de transformar o agressor em um monstro, comum em muitas coberturas midiáticas, mas que nada mais é que tirar a culpa da noção de dominação masculina.

Rotular essas pessoas [agressores] de monstruosas, como se não fizessem parte da raça humana, não é a solução. Atitudes como estas acabam favorecendo um distanciamento ainda maior da problemática e dificultam seu aprofundamento em estudos e pesquisas, principalmente relacionados às suas raízes (SUDUÁRIO, S., ALMEIDA, P.C., JORGE, M.S.B, 2005, p 83).

Em comum, o que essas pesquisas apontam é a tendência das notícias brasileiras de se aterem apenas à cena do crime, sem que haja uma contextualização sobre o assunto. Nas análises citadas, são raras referências às notícias que contêm dados abrangentes e informações sobre como ou onde pode ser feita uma denúncia de estupro. O viés majoritariamente policialesco frequentemente dá margem para interpretações que repetem o senso comum de que a mulher estuprada é aquela que dá motivos, como se a violência sexual devesse existir em determinadas situações.

O que é observado é que a imprensa tem dificuldade de se descolar dessa cultura e acaba por reproduzir o lugar comum.

(...) a persistente cultura de subordinação da mulher ao homem de quem ela é considerada uma inalienável e eterna propriedade; uma recorrente dramatização romântica do amor passional, sobretudo na televisão e no rádio, em que a realidade e o imaginário se retro-alimentam; a facilidade com que os procedimentos judiciais permitem a fuga dos réus; a pouca importância que as instituições do Estado dão à denúncia e ao julgamento dos crimes contras as mulheres e meninas (BLAY, 2003, p 96).

É preciso que o jornalismo se preocupe com a relevância do assunto para além do bárbaro. Afinal, o que é mais necessário: "uma investigação do fato em si, da violência com perfil e depois depoimento para sensibilizar ou uma investigação jornalística que descortine a falta de estrutura, equipamentos sociais e sensibilidade de agentes públicos para acolher mulheres em situação de violência?" (ANDI, GALVÃO,2011, p 97).

Trata-se não só da quantidade de casos que chegam até o noticiário, mas da qualidade deles e do papel que é adotado pela imprensa. Uma cobertura adequada da imprensa conseguiria combater os estereótipos de estuprador e vítima que existem até hoje ajudando na conscientização de que não é preciso ser recatada nem monstro para ser personagem dessa situação de violência. É preciso que o estupro seja visto e difundido como uma questão de gênero, de saúde pública, legislação e violência em

vários âmbitos. "A experiência vivenciada pelas vítimas de estupro deixa muitas sequelas na vida e na saúde das mulheres atingidas por esta violência e em uma escala diferente também afeta seus familiares, além de comprometer o tecido social como um todo" (SUDUÁRIO, S., ALMEIDA, P.C., JORGE, M.S.B, 2005, p 82).

A violência atinge esferas além das físicas e sexuais, ela deixa traumas profundos no psicológico e emocional das vítimas."Os danos psicossociais são vistos como dificuldades afetivas, sexuais e de socialização, baixa auto estima, além de depressão por vezes grave" (MARTINS, 2011, p 178).

A abrangência e gravidade do assunto passa para a imprensa uma responsabilidade social ainda maior. "A mídia deve buscar fiscalizar diferentes interpretações da realidade e investigar ações que tenham condições de corrigir distorções sociais" (ANDI, GALVÃO,2011, p. 18). É preciso que o conceito de estupro e estuprador sejam redefinidos socialmente. É necessário colocá-los de acordo com a realidade apresentada: "não possui cor, nem classe sócio-econômica e, principalmente, o estupro não precisa conter ingredientes extremos de violência para, por si só, ser considerado um ato brutal e ilegal" (COULOURIS, 2004, p 9).

2. JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

2.1. JORNALISMO ONLINE

A expansão da internet aconteceu principalmente na década de 1990, quando ela começa a ser usada de maneira comercial. É este também o momento em que o jornalismo se insere na realidade online, adentrando em um desafio novo: informar para uma audiência mais dinâmica e de maneira completamente nova e mais rápida, lidando com outros tipos de concorrência e tendo que atender necessidades inéditas. Conforme pontua Cardoso (2007), a internet é também um momento histórico do jornalismo, já que ela traz de forma inédita novas possibilidades e demandas.

No Brasil, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios (CETIC, 2015), cerca de 102 milhões de pessoas usam a internet, cerca de 58% da população. A última Pesquisa Brasileira de Mídia (IBOPE, 2016) aponta que 50% dos brasileiros utilizam a internet todos os dias, um aumento de 13% comparado com a mesma pesquisa de 2015. Aumentou também o número de usuários que preferem ler jornais online: saiu de 10% em 2015 para 30% em 2016. A Pesquisa (2015) aponta ainda que o tempo médio que o brasileiro fica na internet diariamente é acima de quatro horas e trinta minutos, equivalente a cerca de 18% do dia.

"O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo alcance global, integração de meios e interatividade está mudando e mudará para sempre nossa cultura" (CASTELLS, 2005, p. 414). Com o advento da internet, a sociedade passou por mudanças sociais estruturais, que atingiram até mesmo as formas de pensar e as noções de tempo e espaço. Houve uma ampliação do espaço e uma aceleração do tempo no meio online. (MIELNICZUK, 2001)

O jornalismo ao adentrar nesta realidade teve novas obrigações, desafios e oportunidades. A sociedade em rede criada pela internet tem como atividade social "predominante e central" a troca de informação. (CARDOSO, 2006, p. 45) Isso faz com que a comunicação exerça um papel singular neste meio, já que

como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 2005, p 414).

Os processos comunicacionais com a internet assumiram um caráter mais descentralizado e com maiores possibilidades de participação de todos os usuários nas construções desses processos. (ABRAS; PENIDO, 2006) Como lembra Castells (2005),

o processamento das informações vão muito além da comunicação de mão única neste meio. Sendo assim, o jornalismo encara uma audiência mais participativa e, principalmente, que tem a possibilidade de interagir com a publicação. De acordo com uma pesquisa desenvolvida em 24 países, um em cada quatro usuários da internet compartilham conteúdo na rede (MEEKER, WU, 2013 apud BARSOTTI, 2014), ou seja, fomentam e desfrutam dessa nova forma de interatividade e dinâmica de comunicação.

O ciberespaço, definido pela primeira vez como "um espaço não físico de um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações circulam" (GIBSON, 1984, apud ABRAS, PENIDO, 2008, p. 1), traz outras obrigações para o jornalismo, conforme descreve Watzlawick (1967 apud ABRAS, PENIDO, 2008) ao tratar de interação no meio: a globalidade, a retroalimentação e a equifinidade. A primeira trata da noção de um sistema estar ligado com todos, ou seja, toda mudança ou novidade feita na rede é passada para todos os outros que fazem parte deste sistema online. A segunda diz respeito aos resultados, feedbacks e à maneira como a informação original faz seu caminho e é interpretada, assimilada, aceita e disseminada ainda mais. A terceira "significa que os mesmos resultados podem brotar de diferentes origens, porque a natureza da organização é que é definida." (WATZLAWICK, 1967, p. 115 apud ABRAS, PENIDO, 2008, p. 11)

Neste cenário, o jornalismo também passa por ressignificações para acelerar e se adequar ao ciberespaço. As atualizações de notícias no meio online, por exemplo, passam a levar cerca de quatro minutos. (ADGHIRNI, 2001 apud MIELNICZUK) É importante ressaltar que a internet não exclui a possibilidade de jornalismo em outros meios, apenas aumenta o leque de opções e traz outras maneiras de se fazer a notícia. É preciso entender a internet "não como uma descontinuidade tecnológica promovendo rupturas no jornalismo, mas como uma inovação apropriada por essa profissão no contexto de experiências prévias de apropriações de outras mídias e necessidades profissionais supervenientes" (WINSTON, 1999, apud CARDOSO, 2007).

De acordo com Deuze (2001 apud CARDOSO, 2007), na versatilidade do meio online, o jornalismo se demonstra presente de quatro principais formas: 1) sites de notícias, que oferecem conteúdo próprio com editorias estabelecidas e pouca comunicação participante, ou seja, interatividade, como por exemplo o G1 e a EBC; 2) sites indexadores e de categorias, que oferecem conteúdo de outros portais, sem editorias próprias, mas que geralmente possuem mais espaços de interação com o leitor;

3) sites de comentário, geralmente blogs ou páginas pessoais, onde oferecem experiências, opiniões e complementos acerca de algum conteúdo presente na web ou até mesmo acerca de conteúdos sobre a própria web/jornalismo (metassites noticiosos); 4) sites de partilha e discussão que dizem respeito ao uso de plataformas para trocar opiniões.

Não só os tipos de plataformas e formatos de jornalismo foram alterados e ressignificados. O jornalismo ganha no meio online quatro características centrais que redefinem o fazer jornalístico, partindo da perspectiva da web: interatividade, personalização/ customização, hipertextualidade e multimidialidade/convergência. (BARDOEL, DEUZE, 2001) Para os autores, a interatividade é tida como essencial para o sistema online, pois mostra a relação e a presença mais intensa do público na construção e formação das notícias. Já a personalização/customização, consiste em aproximar o conteúdo de seu público, deixar que haja opção de escolha a partir do interesse individual de cada usuário online.

Hipertextualidade, terceiro elemento levantado pelos autores, trata da alternativa que os suportes online dão ao jornalismo: permitir que outros links sejam inseridos na notícia para contextualizar o assunto tratado ou possibilitar o acesso a algum documento online citado - oferecer "informação sobre outras informações" (BARDOEL, DEUZE, 2001, p. 6). A multimidialidade, também entendida como convergência, diz respeito a convergência de formatos tradicionais de mídia para uma espécie de unificação online - a imagem, o texto e o som podem ser encontrados em uma única notícia no meio online.

Palacios (2003) acrescenta ainda outros dois elementos: 1) memória, em que considera o acúmulo de informação que a internet é capaz de armazenar, enfatizando uma memória coletiva e também que produz efeitos diante da produção e recepção da informação. 2) a instantaneidade/atualização contínua, onde aborda a rapidez de acesso e a facilidade de produção, já que as tecnologias "permitem uma extrema agilidade de atualização do material nos jornais da web. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse" (PALACIOS, 2003, p. 5).

O papel do jornalista também sofre mudanças nesse universo. "O jornalista tem que ser mais do que um contador de fatos, o papel do jornalista como intérprete dos acontecimentos será expandido e em parte modificado e jornalistas online terão um papel central na ligação entre comunidades" (PAVLIK, 2001, apud AROSO, 2003, p.1). Ele se mostra como um

agente participativo que, por meio de processos de interlocução, deve selecionar, hierarquizar e classificar conteúdos, considerando que o ciberespaço é, por sua essência, hipermidiática, ao mesmo tempo fonte de pesquisa, suporte, ferramenta e canal de disponibilização de conteúdos (ABRAS, PENIDO, 2008, p 8-9).

Embora Abras e Penido (2008) definam esse novo papel do jornalista como "cartógrafo da informação", para substituir o tradicional papel de *gatekeeper*, é importante ressaltar, como trata Barsotti (2014), que os papéis do jornalista não param aí nem se limitam no meio online: ele assume sua postura tradicional de reportar fatos, coletar dados, interpretar questões, decidir o que é ou não relevante (gatekeeper), procurar os conteúdos mais adequados e organizá-los (gatewatcher), como também de mediador, mobilizador de audiência e educador. Cada um em graus diferentes de atuação, mas todos presentes no exercício do jornalismo online.

Nenhuma das funções anteriores do jornalista desaparece, embora algumas tenham se afrouxado, como é o caso do *gatekeeping*. Na internet, as regras são mais flexíveis e a hierarquia é mais frouxa. A ação do *gatekeeping* é apenas uma das faces de um processo complexo e não dá conta de explicar as demais funções que estão reconfigurando o papel do jornalista na internet. O conceito de *gatewatching* tampouco. Seria reducionista imaginar que cabe a esse jornalista ser um mero observador e facilitador do acesso à informação na web. O processo de *gatewatching* se superpõe ao de *gatekeeping*. Entretanto, nem mesmo os dois juntos abarcam todas as funções do jornalista na web, pois ele também exerce o papel de mediador entre as notícias e seu público. Mas o próprio conceito de mediação se alargou. A possibilidade de comentar, dar notas e raquear notícias abre fóruns de discussão entre os jornalistas e sua audiência que podem retroalimentar o processo de edição (BARSOTTI, 2014, p 16).

Este trabalho não tem o objetivo de adentrar em cada especificidade desses novos papéis do jornalista, mas de reforçar que, mesmo neste novo formato mais dinâmico e participativo, os demais papéis do jornalista são mantidos, como o de educador e facilitador de realidades. Conforme fala Cardoso (2007, p 324), "hoje a informação é ainda mais poder do que em contextos anteriores (...)".

Mais do que atribuir funções à mídia e temer as suas consequências, devemos analisar o que a realidade das apropriações e usos nos demonstra. A questão a que importa verdadeiramente responder é até que ponto esse aumento de possibilidade de acesso, do tempo de exposição e de interação diária com a mídia é ou não propiciador de um aumento da nossa autonomia e, em última análise, do exercício da nossa cidadania nas suas múltiplas formas (CARDOSO, 2007, p 29).

Dessa forma, o jornalismo online deve usar da capacidade da internet para levar a seu público as diferentes perspectivas de uma notícia e integralizar mais ferramentas que auxiliem no entendimento mais completo do fato. "A mídia e os sistemas de comunicação contribuem para uma troca e circulação de informação vitais para as democracias modernas, pelo modo como transformam a percepção da realidade para os cidadãos". (CARDOSO, 2007, p. 194)

A mídia, em especial a digital pelo seu poder de disseminação e acesso, é capaz de desconstruir preconceitos e atentar para injustiças, como também pode atuar em eixos que disseminem esses preconceitos. (TEHRANIAN, 1999 apud CARDOSO, 2007 p. 112)

A política informacional tanto pode ser utilizada como um instrumento dinâmico de mobilização social e participação, quanto como um instrumento puramente midiático de representação de papéis. (...) A mídia atual tanto constitui a principal fonte de informação para a maioria da população, a partir da qual forma a sua opinião política, quanto é um instrumento para a organização e participação em protestos ou movimentos de participação cívica (CARDOSO, 2007, p. 322-323).

A mídia exerce um importante papel diante da construção e evolução do conceito de cidadania, além de servir muitas vezes como instrumento para sua aplicação na sociedade. Murdock (1992, 1993 apud CARDOSO, 2007, p. 315) aponta três formas com que a mídia pode contribuir para o exercício da cidadania: 1) trazendo oferta de informação sobre os direitos dos cidadãos; 2) levantando uma vasta informação sobre diferentes pontos de vista e panorama das políticas públicas existentes; 3) permitindo que os cidadãos realmente tenham espaço e possam dar opiniões, fazer demandas e sugerir soluções sobre os mais diversos assuntos, ou seja, incentivar a interatividade proposta pelo meio online.

É importante ressaltar que existe ainda o papel de garantir representatividade às pessoas que não possuem acesso ao meio online ou que precisam dessa visibilidade.

A cultura contemporânea está cada vez mais participativa (...). No entanto, nem todo mundo tem permissão para participar, nem todo mundo é capaz de participar, nem todo mundo quer participar e nem todo mundo que participa o faz em igualdade de condições (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p 358).

Bardoel e Deuze (2001) pontuam também que o jornalista online, que chamam de "jornalista do amanhã", deve ser versátil a ponto de adentrar tanto nos aspectos tecnológicos como nos sociais e ser capaz de analisar, selecionar, orientar e investigar as questões noticiadas, indo além da mera narração de eventos.

2.2. JORNALISMO E EDUCAÇÃO

A principal missão do jornalismo é informar. O jornalista deve ser capaz de decidir o que é ou não notícia para em seguida passá-la adiante de forma que todo o público receba a informação de maneira completa e seja capaz de formular uma visão crítica do assunto. É dever do jornalista fornecer todas as informações necessárias para que o público fique bem informado e consiga formular uma visão dinâmica e contextualizada do que está sendo noticiado. (IJUIM, 2009) De acordo com os

princípios internacionais da Ética Profissional do Jornalismo (1980), informação é um bem social - o que faz do ato de informar uma atividade social de produção de conhecimento. (MEDITSCH; FARACO, 2003)

Mesmo que as tecnologias de informação tenham apressado o jornalismo e que exista uma série de dificuldades na redação de um jornal que devem ser levadas em conta na hora de analisá-lo, é preciso que o preceito da responsabilidade social esteja sempre presente. (IJUIM, 2009)

O jornalista é um ator social essencial para a sociedade, na medida em que atua como mediador e intérprete dos acontecimentos. Sua responsabilidade social é imensurável na formação do imaginário coletivo, razão pela qual a ética não pode estar dissociada de sua prática individual e profissional na produção da notícia, que deve ser pautado sempre a partir do interesse público (CALDAS, 2005, p. 96).

O jornalista deve estar além de um simples relator de fatos. A imprensa influencia na formação de mentalidades, nas memórias individual e coletiva e, justamente por isso, deve-se ter cuidado e responsabilidade ao escolher qual recorte será dado para aquela realidade narrada e como os conteúdos são repassados para o público. Cabe também ao jornalismo, como ator social, ajudar a formar cidadãos críticos, atuando como intérprete e mediador dos acontecimentos e contextualizando informações. (CALDAS, 2005) A responsabilidade social não deve ficar apenas em planos abstratos ou relativizados. Pelo contrário: o jornalista deve estar sempre refletindo sobre suas ações e impactos e buscando um aprimoramento constante. É preciso que haja um olhar crítico para que cada ação sirva como transformação social. (IJUIM, 2009)

Alberto Dines (1986) define o jornalismo como uma atividade essencialmente intelectual e que pressupõe no seu exercício uma série de valores morais e éticos. Para o autor, o processo de informar é um processo também formador, ou seja, em partes o jornalismo também desenvolve o papel de agente educador. Para Eduardo Meditsch (2002, p. 18), o jornalismo é, assim como áreas de educação, uma teoria do conhecimento posta em prática, mesmo que seja uma prática diferenciada – o jornalismo pode ser encarado como o ponto de partida do conhecimento, a tomada de consciência.

Uma das quatro dimensões do jornalismo do século XXI é a função de agente educador. De acordo com Marina Empinotti ([201-?], p. 10), é isso que define os meios de comunicação como "possuidores de um tipo de saber que convive com o oferecido pelo sistema educacional". Ela trata os meios como indispensáveis para elementos educativos, o que significa dizer que não só é um dos papéis do jornalismo ajudar na

formação da sociedade e em sua evolução, como também a sociedade espera e conta com isso.

Tratar o jornalismo como educador, mesmo admitindo que são educações em esferas diferentes, é também possibilitar que muitos dos conceitos adotados por Paulo Freire sobre a responsabilidade social de ensinar sejam aplicadas no exercício jornalístico. Muitos de seus trabalhos trazem concepções também muito importantes para essa área da informação, como diálogo, percepção crítica e leitura de mundo. (MEDITSCH, FARACO, 2003, p. 26)

O papel transformador aplicado para educadores também é capaz de adentrar no jornalismo: ao definir o comunicador como "sujeito privilegiado na construção do imaginário social" (CALDAS, 2005, p. 86), passa-se a compreender melhor o peso que o jornalista exerce como ator social e como ele é capaz de influenciar a forma como as pessoas vão compreender determinada situação. (CALDAS, 2005)

"A prática jornalística é também uma prática educativa. (...) Educativa para o bem ou para a deformação, para a ética ou antieticidade, mas existe sempre como uma prática educativa" (FREIRE, 2002, apud MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 40). O caráter de educador se deve pela recomendação do jornalismo atuar sempre de modo reflexivo e também propor a reflexão. Ele não deve ser apenas um reflexo. É preciso assumir o papel de transformador social e agir a partir da responsabilidade de melhorar a sociedade. (FONSECA, 2005)

A sociedade forma cidadãos com uma visão crítica do mundo a partir de informações veiculadas pela indústria cultural e pela mídia em particular. É necessário, portanto, contextualizar os fatos, interligar o presente com o passado para ter uma visão prospectiva do futuro. (...) O discurso da ética precisa estar ligado à práxis (CALDAS, 205, p. 97).

"Os jornalistas são responsáveis, quanto ao conteúdo, pelo reflexo fiel e completo dos negócios públicos, pela proposta de uma visão crítica, assegurando uma informação respeitosa dos fatos e pessoas" (CORNU, 1998, p. 107). É papel do jornalismo propor determinada reflexão sobre o assunto, mas nunca julgá-lo. (IJUIM, 2009) Cabe a ele se engajar com a realidade e humanizar seu exercício para ajudar na humanização das pessoas e de seus contextos.

É preciso ressaltar que o engajamento e o compromisso não significam que o jornalismo deve se tornar militante político ou ideológico. É, na verdade, uma "solidariedade às dores universais" (MEDINA, apud IJUIM, 2009, p. 36). Não cabe

nem é seu papel em situações de injustiças, violências ou desigualdades o jornalista permanecer neutro.

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de relevar o compromisso... o verdade compromisso é a solidariedade (FREIRE, 1893, p. 19 apud IJUM, 2009, p. 36). Esse compromisso, esse engajamento, no entanto, não pode ser confundido com militância. Um ser-jornalista engajado não é necessariamente um jornalista militante de causas, ideologias ou segmentos políticos (IJUIM, 2009, p. 36).

O jornalista ao adotar o papel de agente educador, mesmo que informal, já firma seu compromisso de não ficar alheio aos acontecimentos, mas sim tomar medidas que auxiliem na transformação e na melhoria do entendimento das pessoas sobre as mais variadas questões. "O olhar crítico diante do mundo não admite uma postura de admiração, ou contemplação" (IJUIM, 2009, p. 34).

Demandar uma postura crítica e perspicaz do jornalista também não quer dizer que ele precisa ser especialista nos assuntos que trata em suas reportagens, mas que precisa questionar, buscar pessoas da realidade social do assunto para explicar e procurar o máximo de informações para contextualizar a situação por completo, inclusive e principalmente o que não quer ser visto. É preciso ter em mente que uma grande audiência poderá saber daquele assunto apenas pela informação passada por ele. (MEDINA, 1982, p. 156)

Buscar desenvolver essa espécie de jornalismo consciente diz respeito a incentivar o aperfeiçoamento da prática, respeitando as condições limitadas e limitantes do exercício, mas buscando sempre intervir de maneira investigativa e crítica nas realidades contraditórias ou injustas que são encontradas e por vezes exploradas. (MEDITSCH, 2002, p. 30)

(...) Precisamos trabalhar de acordo com a realidade existente - seja no Jornalismo ou na Educação - e, ao mesmo tempo, lutar para transformá-la. Em qualquer circunstância, em qualquer escola ou redação, é possível alargar os limites e promover um trabalho transformador que sirva de estímulo também para outras pessoas (KOTSCHO, 2002, apud MEDITSCH, FARACO, 2003, p. 42).

Na prática, essa transformação significa informar além de questões estritamente pontuais. O intuito é adentrar nas causas, consequências e motivos do acontecimento. (CAIRES, 2016, p.7) Em casos de violência, por exemplo, é preciso que o jornalismo vá além da denúncia – que seja capaz de assumir uma postura realmente investigativa e crítica. É importante que o jornalismo tenha uma consciência além do mercado capitalista e da luta por audiência para que não haja uma exploração midiática dos casos de violência. Seu papel é adotar o pensamento de buscar mecanismos e informações

para tentar combatê-los e alertar a população que aquilo aconteceu, não o contrário. (CAIRES, 2016)

"A necessidade jornalística de conferir aos acontecimentos um toque humano em nada justifica a exploração infame do sofrimento alheio" (CORNU, 1998, p. 76). O respeito à pessoa é indispensável para o exercício do jornalismo, inclusive na hora do tratamento e abordagem de determinados assuntos. As noções de solidariedade e engajamento que o jornalismo educador defende aborda justamente o respeito que é preciso ter ao entrar em outras realidades sociais e a preocupação em tratar de maneira humanizada e justa a dor do outro.

Ao adentrar na responsabilidade quanto aos acontecimentos que envolvem violência sexual contra meninas e mulheres, tema desta pesquisa, cabe ao jornalista investigar a complexidade da situação e se perceber como um sujeito social com capacidade de questionar essa marcante realidade de violência existente e combatê-la. Sabendo de seu impacto social e poder de alcance, o jornalista deve se despir de preconceitos ao adotar sua postura profissional e firmar compromisso com a equidade de gêneros e fim da violência contra mulheres. Não cabe em situações de violência a postura de neutralidade ou omissão.

Não deve ser exclusividade dos jornais e mídias alternativas o combate ao preconceito de gênero. O jornalismo como um todo deve se preocupar em se opor às visões estereotipadas da mulher, à generalização e à cultura de estupro que por muitas vezes é retratada e naturalizada em contextos de violência pela mídia. (FREITAS; MODESTO, 2011) O jornalista é capaz de cumprir, a depender de sua escolha, o caráter *conservador* de abordar a violência apenas com um viés policialesco e sem contexto ou o *crítico* de problematizar a cultura de estupro existente e incentivar a mudança, tornando-se um foco de resistência e propagador do combate ao preconceito. (WOITOWICZ, PEDRO; 2010, p. 1)

A informação é o instrumento primordial para que haja o reconhecimento da autonomia, liberdade e direito das mulheres. Não deve ficar apenas na perspectiva feminista e alternativa a luta por essas transformações. (KOSHIYAMA, 2005) É preciso, então, que a imprensa dê voz e espaço para estas informações e busque explicações que vão além do senso comum patriarcal, para assumir sua responsabilidade com a evolução social e a formação de uma mentalidade menos violenta e injusta com meninas e mulheres.

É preciso que haja mais cautela e senso crítico na hora de apontar um caso de violência sexual, na escolha das fontes, na clareza da descrição do acontecimento (e até mesmo no que é realmente necessário descrever) e, claramente, no tratamento com a vítima e no enfoque da notícia – que deve sair do policialesco e sensacionalista para ir em direção a problematizações e luta contra a violência.

A ação do jornalismo é fundamental para "propor, manter e expandir ideias, valores informações, pesquisas sobre as condições de vida das mulheres e propor políticas públicas que favoreçam os direitos de cidadania das mulheres" (KOSHIYAMA, 2005, p. 9). Com isso, faz parte da responsabilidade do exercício jornalístico assumir essa postura crítica diante de valores excludentes e patriarcais. A neutralidade e a superficialidade comuns em notícias de viés criminal devem dar lugar à contextualização e ao senso crítico capaz de se desvincular do dominante e investigar as informações nem sempre aparentes à primeira vista.

Para que essas responsabilidades sejam realmente cumpridas é preciso que o jornalista não só tenha consciência delas, como também seja capaz de refletir sobre sua própria ação, de modo a aperfeiçoá-la de acordo com as condições que forem possíveis. "O jornalismo que não dialoga sobre seus próprios métodos e procedimentos não é nem ético nem informativo" (BUCCI, 2000, P. 55). Assim como um jornalismo que não educa não cumpre a relevância social que poderia e deveria exercer em meio à sociedade atual.

2.3.ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO

Nas ciências sociais e humanas, o termo enquadramento foi usado pela primeira vez como conceito psicológico relacionado, principalmente, com a noção de contexto e construção de sentidos. (GONÇALVES, 2005) Esse entendimento de muito ajudou nos estudos de jornalismo e análises de influência da mídia. A definição de enquadramento oferece caminhos para descrever a força que a comunicação textual é capaz de exercer na sociedade: ela seleciona determinados aspectos da realidade para destacá-lo, sendo que o recorte dos elementos e a forma escolhida para fazer esse destaque influencia diretamente na compreensão do receptor/público diante do acontecimento narrado. (ENTMAN, 1993)

Para Zanetti (2008, p. 3), os enquadramentos "introduzem ou incrementam a relevância ou a aparente importância de certas ideias". A escolha do que contar e a forma de contar uma informação consegue influenciar diretamente o entendimento do

receptor dessa mensagem, mesmo que às vezes de maneira inconsciente. Por isso, é preciso cautela e responsabilidade ao pensar quais quadros de referência serão mais importantes para a compreender a informação.

Os enquadramentos dizem como determinada situação foi interpretada e de que maneira essa interpretação não só repercute como também é assimilada. "[Os enquadramentos] estruturam, em síntese, a nossa experiência da realidade" (GONÇALVES, 2005, p 158). Além disso, conforme explica Entman (1993), os elementos escolhidos para serem destacados em um acontecimento têm mais chances de permanecerem na memória da audiência. Ou seja, a maneira que o acontecimento é narrado, a partir dos fatores essenciais de seleção e destaque, é também a forma como provavelmente grande parte de um público receberá e lembrará da situação noticiada .

O intuito principal do enquadramento é selecionar e destacar aspectos da realidade que contribuam para: definir ou mostrar o problema, diagnosticar a causa, entender os efeitos - "fazer julgamentos morais" - e/ou sugerir soluções acerca de determinado acontecimento. (ENTMAN, 1993) O enquadramento jornalístico, então, deve ser pensado para ajudar o público a entender melhor e de maneira mais completa os acontecimentos considerados relevantes, a partir de uma série de valores-notícias e técnicas.

Ao promover enquadramentos, o jornalismo está colocando em ação mais do que a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Está neste processo a especificidade da sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade. Em outros termos, os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa (CARVALHO, 2009, p 3).

Para Tuchman (apud FRANCISCATO, 2012, p 298), "o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e (...) é parte importante da realidade porque o caráter público da notícia é uma característica essencial da notícia". Zanetti (2008, p 2) afirma que "há uma constante correlação entre a ênfase que a mídia deposita sobre certos assuntos e a importância atribuída a eles pelo público". Etnam (1993) esclarece ainda que embora não seja universal, o entendimento diante do enquadramento atinge maioria do público, que também é influenciado por significados e valores préexistentes.

É de responsabilidade do jornalista se preocupar com quais enquadramentos vai escolher para noticiar um fato. "Aos media cabe a tarefa de tornar compreensível as realidades problemáticas" (TRAQUINA, 1999, p 228). É tarefa do comunicador

facilitar o entendimento diante das situações noticiadas e, ao mesmo tempo, ser capaz de atuar "na perspectiva de difusão da totalidade do que importa como evento do mundo humanossocial" (CARVALHO, 2009, p 2).

O processo de significação desenvolvido pelo jornalismo assume e ajuda a construir a sociedade a partir da ideia de consenso, ou seja, de conhecimentos culturais partilhados e mapas de significados comuns. O enquadramento é o resultado das escolhas sobre o que deve ser omitido ou incluído na construção de uma notícia. (ENTMAN, 1993, p 54) Os destaques escolhidos, ainda de acordo com Entman (1993), acontecem a partir da localização, repetição ou associação de um trecho do assunto com a cultura e/ou hábito que for familiar para o público-alvo. Traquina (1999, p 227) reforça que é preciso cuidado com a ideia de focar em enquadramentos familiares, sempre contidos em uma noção de consenso e semelhança, pois por muitas vezes ele "reforça ou amplia a definição da imagem em questão, transmite uma impressão de repetição eterna, da sociedade como ordem social composta de movimento, mas não de inovação".

É necessário pensar não somente na forma que a notícia será apresentada mas em como ela vai ser entendida. Trata-se principalmente da interação do texto com o receptor - quais elementos são passados a ele para que entenda a informação, como ele recebe a informação e qual sua interação com ela. (ENTMAN, 1993)

Numa instância macro, o termo *framing* [enquadramento] se refere aos modos de apresentação que jornalistas e outros comunicadores usam para tratar a informação de forma que esta ressoe em esquemas já existentes na audiência. Para os jornalistas, *framing* é uma ferramenta necessária para reduzir a complexidade de um tema e tornálo mais acessível ao público. Como microconstructo, o *framing* descreve como as pessoas usam informação e os elementos de apresentação para formar impressões sobre os temas abordados. (ZANETTI, 2008, p 6)

A formação do enquadramento se dá por variáveis como ideologias, atitudes pessoais e rotina/normas profissionais. (SHEUFELE, 1999) Há ainda duas alternativas para classificar o enquadramento: ele pode ser temático, em que estimula as atribuições e responsabilidades tanto do governo como da sociedade como um todo, ou pode ser episódico, em que o foco gira em torno de responsabilidades e fatores individuais e isolados. (FRANCISCATO, 2012)

No jornalismo, o enquadramento mais encontrado é o episódico. Entretanto, é preciso que o jornalista saiba as consequências desse tipo de enquadramento, pois muitas vezes ele "simplifica problemas complexos para o nível de evidência anedótica"

(IYENGAR, 1991, p. 136 apud FRANCISCATO, 2012, p. 298). Ainda baseado em Iyengar, Goidel afirma que

Ao retratar as notícias na forma de enquadramentos episódicos, e não temáticos, e ao não oferecer continuidade ou contexto às matérias, a mídia, mesmo sem desejá-lo, incentiva os cidadãos a se concentrar em soluções individuais, e não coletivas ou comunitárias, para os problemas sociais, econômicos e políticos (1991 *apud* CRISTOFOLETTI, 2010, p 59).

Tuchman (1978) também alerta para esse problema de enquadrar apenas fatores individuais na explicação de uma notícia. Para a autora, nem todos os acontecimentos se bastam com uma narração focada apenas em questões primárias, pois há questões que precisam de análises estruturais. Em casos de violência, por exemplo, noticiar sem contextualização é aderir ao aspecto sensacionalista e policialesco da notícia, o que acaba por privar o indivíduo de enquadramentos necessários para sua formação integral como cidadão, além de fazer crer que o problema não tem relação com questões sociais, culturais etc. (CRISTOFOLETTI, 2010)

Para Traquina (1999), há quadros de referências essenciais para o entendimento do público, sendo eles a identificação social, a classificação e a contextualização. Ou seja, quando o jornalista deixa algum desses fatores deficientes na abordagem da notícia, ele acaba por prejudicar a forma como a mensagem é recebida e sua plena compreensão do acontecimento noticiado.

(...) Um dos efeitos da recepção de matérias jornalísticas, ou seja, a construção de hábitos de pensamentos e visões de mundo nos quais certos problemas têm mais proeminência e são explicados de determinadas maneiras, ao passo que outras questões tendem a ganhar menor projeção ou não conseguem ser apreciadas de formas distintas (CRISTOFOLETTI, 2010, p 63).

Mesmo que haja princípios de organização que constituem o enquadramento, ele não é ideologicamente neutro. (GONÇALVES, 2005) O processo de seleção, ênfase e apresentação também incorporam tendências estruturais e ideológicas envolvidas na produção da notícia. (ZANETT, 2008) A problemática é que a reprodução ideológica feita pela mídia é, majoritariamente, favorecendo apenas esferas e condições dominantes. "Os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade" (TRAQUINA, 1999, p 229).

Para Gaye Tuchman (1978), as notícias são um método de legitimar instituições formais e o *status quo*. Entender esse papel de manutenção de ideologias dominantes é fundamental para compreender o processo de construção de significado da notícia. É preciso, conforme pontua Cristofoletti (2010), que o jornalista e seu editor se envolvam

em um processo de reflexão sobre os enquadramentos adotados e as consequências de enfoques fragmentados ou incompletos.

Ao entender o enquadramento como indispensável e considerar seu papel como uma espécie de esclarecedor da realidade, em que o intuito de seleção e interpretação é apenas para facilitar o entendimento do cidadão, é preciso enfatizar que o jornalismo, enquanto produtor de sentido, deve se preocupar com uma visão mais utópica da construção da realidade, ao invés de permanecer se baseando em noções institucionais dominantes. "Quando utópicas, as visões sociais de mundo estão comprometidas em revolucionar as estruturas do social; quando ideológicas estão comprometidas com a manutenção dos modos vigentes de perceção e ação sociais" (CARVALHO,2009, p 11).

3. JORNALISMO E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES

3.1. METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso da corrente francesa (AD) propõe ir além do texto. Seu objetivo principal é identificar, a partir de técnicas e conceitos específicos, os efeitos de sentido que o discurso produz a partir da relação entre texto e contexto (SCHWAAB, 2007). Ela sugere uma relação menos ingênua com a linguagem, a partir do pressuposto de que não há neutralidade nem transparência na língua.

O processo de interpretação da AD se constitui de aspectos linguísticos, sociais e históricos que se dão a partir de uma base interdisciplinar que aborda a psicanálise, o marxismo e a linguística. Adentra na psicanálise com o conceito de sujeito, que se constitui na história, na relação com o simbólico e que é, em parte, inconsciente de certos efeitos de sentidos que produz, embora sempre o produza. No marxismo, onde pega o conceito de ideologia e traz para a linguagem como o elemento "responsável pela naturalização do que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Condição para a constituição do sujeito e dos sentidos" (ORLANDI, 2007, p. 46). E na linguística, com a ideia de que não há transparência na linguagem, além da influência do materialismo histórico, que considera o homem como não-transparente (ORLANDI, 2007). "Assim, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, tem-se o estudo a partir da forma material, que é a forma encarnada na história para produzir sentidos, portanto, linguística-histórica" (ORLANDI, 2007, p. 19).

Esse tipo de análise vai "procurar compreender o modo como um objeto simbólico produz sentidos não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na língua, em seus mecanismos imaginários" (ORLANDI, 2001, apud SCHWAAB, 2007, p. 16). O foco da análise do discurso não é propriamente o conteúdo do texto, mas sim os sentidos que ele produz. (CAREGNATO, MUTTI, 2006). "A análise do discurso não se interessa pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica dos conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra" (PINTO, 2002 apud LOOSE, 2007, p. 6).

A AD é uma

disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, em que o linguístico é o lugar, o espaço, território que dá a materialidade, espessura de idéias, conteúdos, temáticas de que o homem se faz sujeito; não um sujeito ideal e abstrato, mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social (BRANDÃO, 1999, p. 104).

O conceito de discurso também ganha peculiaridades importantes para compreender os mecanismos e a proposta da análise. Trata-se aqui não do texto, mas "do ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos" (BRANDÃO, 1999, p. 11), denominado discurso. Ele é entendido como uma produção social, uma interação, um objeto sócio-histórico. Orlandi (2007) explica que o discurso é mais que uma transmissão de informação, ele carrega consigo a relação dos sujeitos contidos no texto e a ideologia que se manifesta nele, mesmo que involuntariamente.

A presença da ideologia no discurso ocorre de maneira histórica e gradual, baseando-se principalmente em dois conceitos chave: memória e esquecimento. Os sentidos não acabam quando o sujeito pensa que acaba é justamente quando ele se esquece de algum sentido que ele se faz presente como ideologia (ORLANDI, 2007). O esquecimento pode existir de duas formas, segundo Pêcheux (1975 apud ORLANDI, 2007): o esquecimento número um ocorre de maneira ideológica, ou seja, inconsciente quando existe a sensação de que o conteúdo foi criado, mas na verdade era algo já pré existente. Já o esquecimento número dois diz respeito à forma como se escolhe falar. Toda informação pode ser dita de diferentes maneiras e a escolha do sujeito de como dizê-la é na verdade uma falsa impressão de relação natural do pensamento com a linguagem. "É o esquecimento enunciativo que atesta o que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos" (ORLANDI, 2007, p. 35).

O discurso é o "processo de significação onde está presente língua, história e sujeito, interpelado pela ideologia" (SCHWAAB, 2007, p. 16). Para a AD, conforme explica Pêcheux (1975 apud ORLANDI, 2007, p. 17), não existe discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia, portanto são conceitos que permanecem juntos no discurso. Brandão (1999), explica, a partir de conceitos extraídos de Foucault (1979), a noção de discurso como uma forma também de exercer poder.

O discurso é o espaço que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber é gerado de poder. A produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder (BRANDÃO, 1999, p. 37).

Foucault (1969 apud BRANDÃO, 1999) esclarece ainda que dentro dos discursos há determinadas regras de formação e elementos que formam um "sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos e estratégias" (BRANDÃO, 1999, p. 32). Esse sistema é reconhecido como "formações discursivas", conceito essencial para executar a análise do discurso. Sua definição "evidencia o entrelaçamento dos discursos e a ação

conjunta dos atores e dos dispositivos" (FOUCAULT 1969 apud RINGOOT, 2006, p.137). As formações discursivas são a determinação do que pode e do que deve ser dito dentro de determinada formação ideológica dada (PÊCHEUX, 1995, apud SCHWAAB, 2007).

As formações discursivas são heterogêneas e responsáveis pela construção do discurso (SCHWAAB, 2007). Maingueneau (1993) completa ainda que as formações discursivas possuem elementos incorporados a partir da memória discursiva que cada sujeito tem e que se trata da capacidade de reutilizar estruturas, ressignificar, recusar ou transformar discursos históricos do sujeito. É importante lembrar ainda que as palavras mudam o sentido a depender de cada contexto onde estão inseridas. (ORLANDI, 2007)

Essa memória discursiva diz respeito ao interdiscurso, que é definido como

o saber discursivo que torna possível todo dizer que retorna sob a forma do préconstruído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2007, p. 31)

O interdiscurso é aquilo que o sujeito já esqueceu que sabe, mas que fica fixado em sua consciência e aparece em outras situações, mesmo que de diferentes maneiras ou em outros contextos (ORLANDI, 2007). Já o intradiscurso, conceito que se relaciona com a interdiscursividade na formação discursiva, diz respeito às formulações que o sujeito faz para construir o discurso baseado no que o outro, o receptor, vai e deve entender (BRANDÃO, 2007). Enquanto um aborda fatores da memória, do que o sujeito guarda inconsciente e passa para o discurso; o outro adentra na percepção que o sujeito-autor formula sua linguagem baseado também no que ele quer que o outro entenda.

Há, ainda, as formações imaginárias do discurso que faz com que o sujeito assuma determinada posição social esperada, mesmo que não tenha consciência disso e tenha a impressão que foi uma escolha pessoal — efeito da ideologia. Trata-se de determinar o lugar do outro e também seu próprio lugar (BRANDÃO, 1999). As formações imaginárias e discursivas se entrelaçam no discurso e juntos ajudam na sua constituição. São elementos essenciais para o analista tentar isolar e identificar, com a finalidade de perceber como ocorre a construção do discurso e a presença da ideologia nele.

"Nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm suas materialidades e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente" (ORLANDI, 2007, p. 48). Com isso, os sujeitos

são entendidos como descentralizados, divididos e intercambiáveis (BRANDÃO, 1999). O sujeito forma o discurso tomando como base a língua e sua vivência de mundo, experiências e memórias discursivas. Ele se repete e se desloca, assim como o sentido. (ORLANDI, 2007) São vistos como um "lugar", já que uma mesma pessoa pode assumir diferentes sujeitos a depender do contexto, assim como há impactos diferentes para cada posição assumida pelo sujeito no discurso.

O dizer não é uma propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2007, p. 32).

É preciso diferenciar ainda sujeito e indivíduo: "um indivíduo se fragmenta em muitos sujeitos e é o sujeito que fala - e fala de um lugar determinado" (FOUCAULT, 1995, apud SCHWAAB, 2007, p. 17). Os sujeitos, conforme explicita Brandão (1999), não são dados *a priori*, mas são constituídos ao longo do discurso. Ela explica ainda, a partir dos conceitos desenvolvidos por Foucault e estendidos por Orlandi e Guimarães (1986), as funções dos sujeitos falantes do discurso:

locutor: é aquele que se representa como eu no discurso; enunciador é a perspectiva que esse eu constrói; e autor é a função social que esse eu assume enquanto produto da linguagem. O autor é, dentre as dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetado pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade (BRANDÃO, 1999, p. 84).

Neste contexto discursivo, os jornalistas carregam diferenciadas habilidades e responsabilidades. Enquanto sujeitos, eles recebem credibilidade do público e legitimidade como autor, o que transmite confiança e poder diante de seus receptores (SCHWAAB, 2007). Dentro de um mesmo discurso jornalístico, há diversos sujeitos e vozes que circulam pelo texto: "todas as fontes, o jornalista-indivíduo que assina o texto, o jornalista-instituição quando o texto não é assinado, o leitor que assina a carta publicada. O jornalismo é, por definição, um campo de interação" (MACHADO, 2006, p. 6), ou seja, polifônico.

Assim, o jornalismo ocupa um espaço discursivo composto por interação, onde a materialidade, as vozes presentes (jornalista, fontes ouvidas e instituição), e o público andam juntos influenciando, incrementando ou contrapondo discursos anteriores ou paralelos (RINGOOT, 2006). A fonte que o jornalista escolhe para compor o discurso, por exemplo, já diz muito para a AD, pois se trata sobretudo de um espaço no discurso cedido para um outro sujeito que vai chegar para o leitor com uma dose de confiança fruto da permissão do jornalista (SCHWAAB, 2007).

Conforme explica Machado (2006), o jornalismo é capaz de produzir conhecimento como também de recriá-lo a partir das escolhas feitas na produção no discurso. Ele é uma construção social que depende e se submete a uma série de fatores e formatos com o intuito de retratar certos acontecimentos da realidade cotidiana. "A notícia é um dos eixos norteadores dos parâmetros sociais de normalidade e anormalidade" (MACHADO, 2006, p. 5). Além disso, é a imprensa uma das responsáveis por causar e/ou propor reflexividade e se espera dela não apenas informar, como também orientar. (SCHWAAB, 2007)

O entendimento das notícias como construções sociais traz consigo a compreensão de que elas são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura em geral. Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece uma série de relações (...). Para cumprir suas funções, ele se faz valer de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição, por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos (SCHWAAB, 2007, p.12).

O jornalismo é responsável por incentivar e ajudar na formação de consensos, a partir da construção de sentido que ele dá para a realidade. (MACHADO, 2006) Mesmo que haja o objetivo de neutralidade e objetividade no texto jornalístico, a ideologia se faz presente, principalmente ao observar a relação do texto com o contexto. "O jornalista acredita ser detentor de um discurso isento e objetivo, quando na verdade carrega uma grande parcela de subjetividade em suas ações" (HAGEN, 2006, apud SCHWAAB, 2007). Machado (2006) explica ainda que a objetividade buscada pelo jornalista funciona apenas de modo intencional, já que a ideologia se faz presente nele e sua leitura induz, de uma forma ou de outra, para um sentido específico.

Dessa forma, é papel do analista do discurso jornalístico desvendar o que se camufla nos formatos e técnicas da construção da notícia. É sua tarefa expor a opacidade do texto e mostrar os mecanismos que provocam esse efeito no discurso, mesmo quando são feitos de modo inconsciente (PÊCHEUX, 1981 apud ORLANDI, 2007). "No caso do discurso jornalístico, trata-se de analisar aquilo que conta o jornal, mas trata-se também de analisar como são posicionados os que o escrevem e os que o lêem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos, as formas de disponibilizar a informação." (RINGOOT, 2006, p. 135)

"O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento" (ORLANDI, 2007). Em outras palavras, conforme explica Carvalho (2013, p. 10), "observar estas intenções, revelar o que não está dito e definir a trajetória

destes discursos e sua genealogia estão entre as principais tarefas do analista de discurso".

É importante ressaltar que não existe só uma forma de fazer a análise, já que a visão e o objetivo do analista influenciam na seleção do corpo da análise e na interpretação feita (ORLANDI, 2007). O analista realiza uma espécie de enquadramento ao estipular seu objeto de análise e sua pergunta de pesquisa, ou seja, há uma colocação do pesquisador na análise, mas ainda assim cabe a ele buscar o rigor e cumprir as técnicas necessárias para desenvolver o trabalho.

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais (ORLANDI, 2007, p.27).

Cabe ao analista detectar como acontece o processo do silêncio no discurso, tanto em relação ao não dito como também em relação a ação de silenciar os outros; propor e desenvolver a leitura menos ingênua, mostrando também a outros sujeitos como a discursividade funciona e resgatar elementos externos e históricos que indiretamente e inconscientemente interferem no discurso. Nesta pesquisa, a análise vai adentrar nestes pontos e retomar conceitos já explicados ou novos à medida que cada análise for desenvolvida, a depender da necessidade de cada discurso.

O intuito é desenvolver uma tentativa de análise do discurso focada na identificação de mecanismos que combatam ou reforcem a ideologia que gira em torno da desigualdade de homens e mulheres (patriarcal), presente na sociedade brasileira. Não é de pretensão da pesquisa esgotar o assunto ou adentrar em todas as possibilidades, mas apontar, a partir dessa tentativa inicial de análise do discurso, se e como o patriarcado se faz presente em noticiários que envolvem a violência de gênero e seus efeitos.

3.2.SELEÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE

Quando a pesquisa começou a ser desenvolvida, o objetivo escolhido era analisar, por meio da análise de conteúdo, dois portais online de veiculação nacional que noticiaram o estupro coletivo de uma jovem de 14 anos em uma festa na favela do Rio de Janeiro. O caso ganhou repercussão internacional por uma série de fatores, dos quais também foram os motivos da escolha do caso para a pesquisa: a denúncia do abuso só aconteceu após a divulgação de vídeos e fotos em redes sociais mostrando a

vítima desacordada sendo sexualmente abusada; a suspeita de que mais de trinta homens haviam estuprado a jovem; a idade da vítima e a situação do crime (um baile funk em uma comunidade do Rio de Janeiro).

Com a limitação de tempo, foi preferível analisar um portal online, ao invés de dois, para que fosse possível fazer análises mais profundas. A análise de conteúdo, anteriormente prevista como metodologia para esta pesquisa, foi substituída pela análise de discurso francesa. Dessa forma, a pergunta da pesquisa poderia ser melhor respondida – de que maneira um dos maiores portais online do Brasil noticiou o estupro coletivo do Rio de Janeiro. O portal escolhido para a análise se deu pelo número de acessos e repercussão nacional. De acordo com um levantamento online da Alexa.com, o site globo.com é o quinto mais acessado do Brasil, perdendo apenas para redes sociais e sites de busca. Seu conteúdo é reproduzido por cerca de 47.836 sites. Sendo assim, foi escolhido o portal de notícias nacional do globo.com, que é o G1.

A seleção das notícias aconteceu em etapas: primeiro foi realizada uma busca no site do G1 com as palavras-chave do caso: estupro coletivo; Rio de Janeiro. A partir dessa busca, foram selecionadas todas as notícias que envolviam direta ou indiretamente o caso, no período de 25 de maio de 2016, quando saiu a primeira notícia do assunto, até 20 de junho de 2016, data da conclusão do inquérito policial. Ao todo, foram 103 notícias selecionadas. (APÊNDICE 1)

Em seguida, na segunda etapa de recorte, as notícias foram distribuídas em quatro classificações: a primeira diz respeito às notícias que falam especificamente sobre o caso e o desenrolar dos acontecimentos, desde a denúncia do estupro, o indiciamento de suspeitos até a troca de delegado e laudo médico; a segunda engloba notícias que mostram ações governamentais de combate à violência contra a mulher que foram motivadas pelo caso ou pronunciamento de instituições nacionais ou internacionais abordando a gravidade do acontecimento ou repudiando qualquer tipo de violência de gênero; a terceira reúne notícias que trazem informações adicionais que ajudam na contextualização do assunto – informações sobre cultura de estupro, lei do estupro, mecanismos de combate à violência que já existem etc; e a quarta diz respeito às notícias sobre as manifestações que aconteceram em todo país após a repercussão do caso, que teve grande visibilidade nacional e internacional.

GRÁFICO 2 – classificação das notícias do portal G1.

Fonte: autoria própria



Conforme aponta o gráfico, as notícias que trazem informações adicionais para contextualizar o assunto são minoria, representando pouco mais de 5% do total das notícias selecionadas. Deste número, nenhuma traz conteúdo específico sobre mecanismos de denúncias e recursos já existentes para acolhimento da mulher em situação de violência ou sobre o problema de culpabilização da vítima. Outro ponto que cabe chamar atenção é a quantidade de notícias sobre mobilizações populares que aconteceram após a divulgação do caso: 25,75%, um total de 25 notícias, o que ajuda a mostrar como o caso repercutiu em todo país. Vale destacar que todas as manifestações noticiadas foram articuladas por grupos de mulheres, o que denota a mobilização feminina motivada pelo caso e que trouxe à tona outras denúncias acerca da cultura de estupro no cotidiano de brasileiras.

Para a pesquisa, foram escolhidas as notícias que abordam diretamente o caso, o que constitui a maioria das notícias: 58 (60%). Dentre elas, foram selecionadas 10 que mostravam aspectos-chave para o desenrolar do acontecimento. Em seguida, houve último recorte do corpus de pesquisa. Por limitação de tempo e pretensão de aprofundar as análises, foram escolhidas, dentre as 10, cinco notícias para serem analisadas.

TABELA 2 - corpus da análise.

Fonte: autoria própria

Títulos das notícias	Data de publicação	Motivo de seleção
"Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts"		Primeira notícia sobre o caso.
Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada		Primeiras informações sobre a vítima do estupro coletivo.

e nua		
'Errada era ela', diz suspeito de estupro coletivo no Rio	06/06/2016	Primeira notícia sobre a declaração de um dos suspeitos.
Polícia investiga quantas pessoas levaram menina para 'abatedouro'	09/06/2016	Notícia que aponta número de participantes do estupro coletivo, importante para o entendimento do desfecho do caso.
Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados	09/06/2016	Última notícia sobre o caso e conclusão do inquérito policial.

Elas foram escolhidas a partir da intenção de mostrar aspectos importantes para o desenrolar do caso. Os critérios adotados para o recorte foram centrados principalmente na ideia de selecionar notícias que pudessem mostrar a sequência dos acontecimentos dispostos no portal online e também que demonstrassem a complexidade do caso. Embora não seja objetivo do trabalho, alguns comentários de leitores presentes nas notícias também serão destacados durante as análises, pois auxiliam no entendimento do outro, ou seja, do público que lê e recebe as informações daquelas notícias, dos quais o sujeito-autor-comunicador está querendo atingir e mobilizar atenção, além de ser um importante aspecto para o jornalismo online por promover determinada interatividade.

3.3. ANÁLISE DO CORPUS

Para facilitar a compreensão e a comparação entre notícias, foi escolhido colocar as notícias antes de cada análise. Os negritos presentes ao longo do texto foram feitos para destacar aspectos de formações discursivas e/ou presença de sujeitos. Como a análise de discurso é uma análise complexa, foram definidos três pontos centrais para o desenvolvimento nesta análise: observar os sujeitos falantes do discurso; os silêncios e não ditos e as aspas. Outros pontos serão desenvolvidos a partir de alguma necessidade específica que o discurso apresentar, mas estes três aspectos serão norteadores. É importante lembrar ainda que essa é uma análise introdutória e que o desenvolvimento de cada análise depende de cada pesquisador e objetivos de pesquisa.

3.3.1. PRIMEIRA NOTÍCIA DO CASO:

Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts Segundo postagens, 30 homens teriam participado do crime. Dois jovens que postaram o vídeo já foram identificados pela polícia.

G1 Rio

A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática do Rio investiga um estupro coletivo de uma jovem, por cerca de 30 homens, e a divulgação de imagens do crime em redes sociais.

A **polícia** informou ao **G1** nesta quarta-feira (25), que dois homens que postaram imagens que seriam da vítima logo após o estupro, **com a menina nua e desacordada em uma cama**, já foram identificados – os nomes não foram revelados. Um deles mora em Santa Cruz, na Zona Oeste, onde ocorreu o crime, e o outro vive na Cidade de Deus, também na Zona Oeste.

Os policiais tentam agora identificar quem é o homem que tirou uma foto **próximo às nádegas da vítima**. A jovem ainda não foi identificada pela polícia.

As imagens postadas tinham vários **comentários agressivos** a respeito do crime e que ainda **faziam piada com a situação**. Alguns autores das postagens deletaram os perfis na internet.

Também nas redes sociais, diversas pessoas ficaram indignadas com a divulgação do material de estupro na internet. Muitas delas se mobilizaram para denunciar os suspeitos.

MP apura

Uma pessoa foi ao Ministério Público do RJ (MPRJ) e fez uma denúncia anônima à ouvidoria. Ela levou o vídeo e fez prints das redes sociais que relatam o ocorrido. Além disso, até o momento, cerca de 800 comunicações chegaram à ouvidoria sobre o caso.

O material foi encaminhado à 23ª Promotoria de Investigação Penal do MPRJ, porque, segundo denúncias, a vítima ainda está desaparecida e é esta promotoria que trabalha junto à Delegacia Anti-Sequestro (DAS). O MPRJ informou que está investigando o caso da jovem que aparece desacordada em um vídeo e que teria sido estuprada.

O Ministério Público pediu ainda que a partir de agora só sejam encaminhadas à ouvidoria denúncias que acrescentem novas informações à investigação, como a identificação de envolvidos, endereços ou novas provas do fato.

O MP também aproveitou para alertar sobre as consequências de se compartilhar vídeos ou fotos íntimas de pessoas. A conduta é ainda mais grave em se tratando de um evento criminoso. A divulgação dessas imagens configura crime previsto no Código Penal Brasileiro.

ANÁLISE DISCURSIVA:

A) A notícia

A primeira notícia sobre o caso foi divulgada no dia 25 de maio de 2016, e foca principalmente na investigação acerca da divulgação de fotografias e vídeos da vítima após o estupro em redes sociais. A vítima ainda não foi localizada, então a notícia gira em torno principalmente desse conteúdo que circula no meio online.

B) Os sujeitos

O primeiro sujeito a destacar é o sujeito-autor: o texto não é assinado por nenhum jornalista, mas possui uma assinatura do veículo "G1 Rio", que já traz a credibilidade e veracidade que o público espera de um veículo de comunicação de grande porte.

Além do jornalista, sob o modo principalmente da instituição G1, outros dois sujeitos falantes são identificados no texto, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Polícia Militar, ambos órgãos governamentais e/ou oficiais. Há ainda outro sujeito pouco destacado no texto: a pessoa que preferiu permanecer no anonimato, mas que reuniu as fotos e vídeos divulgados nas redes sociais e foi a primeira a denunciar o crime ao Ministério Público do Distrito Federal.

O discurso, embora aparente polifônico pela presença de mais de um sujeito, na verdade é monofônico, já que os principais sujeitos falantes são fontes oficiais e o terceiro sujeito sequer é identificado.

C) Os silêncios

Não é falado sobre a grave suspeita de existir cerca de 30 homens envolvidos no estupro coletivo de uma jovem. Embora a ação do estupro gravado seja, em termos de violência contra a mulher e dignidade humana, alarmante, tanto pelo número de envolvidos suspeitos como pela vítima estar desacordada, o foco da notícia, ou seja, seu principal sentido, está no crime de divulgação das imagens nas redes. Não há nenhum parágrafo que fale especificamente do estupro. No 7º parágrafo o estupro ainda é

questionado a partir da estrutura verbal "teria sido estuprada", como se houvesse possibilidade de não ser estupro.

No último parágrafo do texto traz a informação de que é crime compartilhar imagens e vídeos íntimos, principalmente em situação de "evento criminoso", mas não informa qual a penalidade prevista, a lei que fala sobre isso no Código Penal Brasileiro nem qualquer outra informação que mostre a gravidade de gravar e compartilhar materiais desse teor. Embora esse crime seja explicado, os homens que gravaram e compartilharam as imagens são tratados apenas como jovens, não como suspeitos.

O mecanismo de chamar apenas de jovem e não de outro termo que possa dar mais peso a reportagem é um mecanismo capaz de expor a ideologia dominante patriarcal de amenizar a culpa dos suspeitos, por se tratar de um crime considerado menos grave — divulgação de conteúdo íntimo na internet, que só aparece no último parágrafo como crime e é uma prática muito conhecida e pouco problematizada pela sociedade brasileira. Esse mecanismo demonstra a noção comum de relativizar ou diminuir a gravidade da exposição de mulheres em situação de violência sexual, já que muitas vezes os homens nem encaram como tal. Outro ponto que merece destaque é o fato de não ter nenhuma voz no texto de organizações ou órgãos de violência contra a mulher, nem mesmo a Delegacia da Mulher, para falar sobre o estupro revelado.

Os silêncios encontrados na notícia são muitos: nenhuma contextualização sobre o crime de divulgação de material íntimo ou quais as consequências disso; o enfoque ser dado diante da divulgação, mas não diante do crime que essa divulgação revela; o não tratamento dos suspeitos como suspeitos, mas sim como jovens; a descrição das imagens sem a responsabilidade de problematizar o material, apenas suprindo o caráter descritivo e curioso etc.

D) As aspas

Nesta notícia não há aspas. Os conteúdos abordados, geralmente pela voz do Ministério Público do Rio de Janeiro, são explicados e colocados a partir das palavras do autor na notícia.

E) Outros elementos

Embora fotos e vídeos não sejam objeto dessa análise, para essa notícia elas serão referenciadas, já que têm relação direta com o sentido central do discurso. A notícia contém logo abaixo do título uma imagem que mostra uma página do facebook com a foto da vítima borrada e o comentário de um dos suspeitos insinuando que a

vítima foi amassada e rindo. Na imagem, a foto e o nome do suspeito são borrados, como também a imagem da vítima.

A fotografia, que não foi divulgada para evitar mais exposição, é descrita logo no segundo parágrafo, enfatizando principalmente a situação degradante da vítima: "imagens que seriam da vítima logo após o estupro, com a menina nua, desacordada em uma cama". A descrição de outra imagem aparece logo em seguida, sobre uma foto tirada "próximo às nádegas da vítima". Mesmo que a descrevam como menina, ou seja, com a chance de ser menor de idade e por isso precisar legalmente de determinados sigilos, eles narram as fotos e gravações.

As descrições em nada somam no conteúdo da notícia, não contextualizam nem trazem novidades, mas são destacadas logo nos primeiros parágrafos, muito provavelmente como mecanismo de antecipação, ou seja, para sanar e/ou despertar a curiosidade de leitores diante do conteúdo descrito pela notícia. A ação de descrever não ajuda diretamente na divulgação das imagens, mas sim indiretamente, já que constrói no imaginário do leitor a cena, ao mesmo tempo em que não atenta para a gravidade do conteúdo.

Outro ponto que chama atenção é o primeiro comentário que aparece na notícia, que é também o mais curtido por outros leitores: um homem afirmando que "ninguém é estuprada em casa lavando louça". Isso demonstra a visão de determinado público leitor do portal G1 e de como já estão acostumados, conforme prega a ideologia patriarcal dominante, em culpar ou questionar a vítima em situações que envolvem violência sexual.

F) Considerações gerais:

A notícia deixa em segundo plano o fato de as imagens divulgadas denunciarem algo com um sentido ainda maior — a violência sexual contra uma mulher não identificada desacordada que, segundo gravações, foi abusada por mais de 30 homens.

A escolha de atribuir destaque à divulgação do material e não à violência aponta para a repetição, em muitos pontos indireta, de uma ideologia dominante patriarcal que por vezes menospreza e/ou diminui a gravidade da violência sexual.

É preciso destacar que seria igualmente possível construir uma notícia sobre a gravidade da situação revelada e também comentar dos crimes de divulgação de imagens íntimas.

3.3.2. PRIMEIRA DECLARAÇÃO DA VÍTIMA

Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua

Revista 'Veja' teve acesso a parte do depoimento da adolescente. Um suspeito do crime foi identificado, segundo a Polícia Civil.

G1 Rio

A jovem de 16 anos que foi violentada por, pelo menos, 30 homens, em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, deu detalhes sobre as agressões que sofreu em depoimento à Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), ao qual a revista 'Veja' teve acesso.

A adolescente teria ido até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos, no último sábado (21). Ela se lembra de estar a sós na casa dele e só se lembra que acordou no domingo (22), em uma outra casa, na mesma comunidade, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. Ela conta no depoimento ao qual a "Veja" teve acesso, que estava dopada e nua.

A jovem conta ainda que foi para casa de táxi, após o ocorrido. Ela admitiu que faz uso de drogas, mas afirmou que não utilizou nenhum entorpecente no sábado (21).

Na terça (24), ela descobriu que imagens suas, sem roupas e desacordada, circulava na internet. A jovem contou ainda que voltou à comunidade para buscar o celular, que fora roubado.

Ela passou por exames de corpo de delito no Instituto Médico-Legal nesta quinta (26) e foi levada para o Hospital Souza Aguiar, no Centro, onde passou por exames e tomou um coquetel de medicamentos para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

'Vídeo é chocante', diz avó

Segundo a avó da adolescente, ela teria sofrido um apagão durante os abusos. "O vídeo é chocante, eu assisti. Ela está completamente desligada", diz a avó. "Ela tem umas coleguinhas lá, mas nessa hora nenhuma apareceu", disse a avó da adolescente em entrevista à rádio CBN, após saber que a neta pode ter sido violentada por cerca de 30 homens. De acordo com a avó, a garota foi localizada por um agente comunitário e levada para casa.

De acordo com a avó da menina, ela costuma ir para comunidades desde os 13 anos e, às vezes, passa alguns dias sem dar notícias. Ainda segundo a avó, a garota é usuária de drogas há cerca de quatro anos. No entanto, segundo ela, nunca recebeu notícias de que a neta tenha sido vítima de outros abusos. A jovem é mãe de um menino de 3 anos.

A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) informou que ela já prestou depoimento sobre o crime. Dois homens que postaram imagens da adolescente nua e desacordada em uma cama foram identificados, mas não tiveram os nomes divulgados para não atrapalhar as investigações. Um suspeito de praticar o crime também já foi identificado pela Polícia Civil.

O Delegado Alessandro Thies, responsável pelas investigações, pede ao cidadão que tenha qualquer informação que possa auxiliar na identificação dos autores que entre em contato através do endereço de e-mail: alessandrothiers@pcivil.rj.gov.br. Os policiais também estão investigando alguns dos comentários postados sobre a situação da jovem.

MP apura

Uma pessoa foi ao Ministério Público do RJ e fez uma denúncia anônima à ouvidoria. Ela levou o vídeo e fez prints das redes sociais que relatam o ocorrido. Além disso, até o momento, cerca de 800 comunicações chegaram à ouvidoria.

O material foi encaminhado à 23^a Promotoria de Investigação Penal do MPRJ, porque esta promotoria que trabalha junto à Delegacia Anti-Sequestro (DAS). **O MPRJ** informou que está investigando o caso da jovem que aparece desacordada em um vídeo após supostamente ter sido estuprada.

O Ministério Público pediu ainda que a partir de agora só sejam encaminhadas à ouvidoria denúncias que acrescentem novas informações à investigação, tais como identificação de envolvidos, endereços ou novas provas do fato.

O MP também aproveitou para alertar sobre as consequências de se compartilhar vídeos ou fotos íntimas de pessoas. A conduta é ainda mais grave em se tratando de um evento criminoso. A divulgação dessas imagens configura crime previsto no Código Penal Brasileiro.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CDDH) divulgou nota sobre o assunto e afirmou que exige rapidez na apuração, identificação dos responsáveis e punição dos envolvidos no crime. "Trata-se de um ato de barbárie e covardia", afirmou o vereador Jefferson Moura, presidente da comissão.

A OAB-RJ, por intermédio da Comissão Permanente OAB Mulher, também divulgou uma nota de repúdio ao estupro coletivo cometido contra a adolescente. A nota afirma que os criminosos perpetuaram a humilhação da vítima a expondo nas redes sociais.

"Os atos repulsivos demonstram, lamentavelmente, a cultura machista que ainda existe, em pleno Século 21. Importante ressaltar que cada frase machista, cada piada sexista, cada propaganda que torna a mulher um objeto sexual devem ser combatidas diariamente, sob o risco de se tornarem potenciais incentivadoras de comportamentos perversos. E, igualmente, lembrar que, se esse crime chegou ao conhecimento público, tantos outros permanecem ocultos, sem repercussão. Precisamos lutar contra a violência em casa lar, em cada comunidade, em cada bairro", afirmou a nota da OAB.

ANÁLISE DISCURSIVA

A) A notícia

Essa é a segunda notícia do portal sobre o tema, de 26 de maio de 2016. Nela, já são levantadas algumas informações sobre a vítima e mais detalhes do acontecimento. O primeiro aspecto do texto jornalístico, o lide, já mostra qual seu sentido principal: falar sobre o relato que a vítima deu à Delegacia de Repressão de Crimes de Informática (DRCI), do qual a revista Veja teve acesso e, consequentemente, os demais veículos.

É preciso entender ainda o contexto dessa notícia: ela fala sobre um depoimento que não era destinado à imprensa, feito por uma vítima menor de idade de um estupro coletivo que envolvia mais de 30 homens. Ou seja, é importante levar em consideração a exposição que a mídia deu ao depoimento e os pontos enfatizados, principalmente em virtude das condições que a vítima se encontrava.

B) Os sujeitos

No texto, são identificadas sete vozes, dessa vez com uma diversidade maior do que a encontrada na primeira notícia analisada: a vítima; a avó da vítima; a delegacia de repressão aos crimes de informática; o delegado responsável pelo caso; o Ministério Público do Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do RJ e a OAB RJ, por meio da comissão permanente OAB Mulher.

O discurso se demonstra polifônico, embora haja grande desigualdade no espaço que cada voz exerce. Por exemplo: as vozes da vítima e da avó são ouvidas primeiro, já que são responsáveis pela formação do sentido central da notícia, mas em seguida o que

vem são os órgãos oficiais, deixando para o final da matéria, depois até mesmo de informações repetidas da primeira notícia analisada, as notas de repúdio ao estupro divulgadas pelas instituições que pela primeira vez estavam aparecendo na notícia: OAB Mulher e Comissão de Direitos Humanos.

C) Os silêncios

O sentido principal do texto gira em torno do depoimento da vítima na delegacia, então logo no segundo parágrafo já existe a seleção de alguns trechos do relato para conduzir a notícia. A primeira informação trazida é que ela foi para a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos e que depois, sem lembrar-se de muita coisa, acordou no dia seguinte, sem roupa e em outra casa. Nada é falado sobre o rapaz, se vai ser investigado ou a gravidade de ela ter sido desacordada e não se lembrar de nada. Por outro lado, descrevem seu estado: "dopada e nua" e colocam até mesmo como título da matéria, sem preocupação com a exposição ainda maior que isso pode ocasionar à vítima, já que a descrição feita foi para o delegado e não à imprensa.

Outro silenciamento identificado diz respeito a descrição sobre a vítima voltar ao local do crime no dia seguinte ao estupro para tentar recuperar o celular que havia sido roubado. Esse fato mostra a maneira como o estupro é abafado e naturalizado – denunciar não era uma opção para a vítima, sequer pedir alguma assistência. Esses pontos não são trazidos pela notícia, não há qualquer indicação que explique as dificuldades de denunciar ou a importância de procurar um médico, por exemplo. Ao colocar apenas o fato de ir buscar o celular no dia seguinte e mais nada deixa a impressão que a violência foi corriqueira e ajuda ainda mais em sua naturalização, enquanto poderia ser uma oportunidade para trazer à tona fatores socialmente mais relevantes que não buscassem desmoralizá-la mais.

A informação sobre a vítima ser encaminhada aos exames de corpo de delito do IML e receber auxílios médicos vem apenas ao final e há outro silêncio grave para o combate à violência contra a mulher: nada é dito sobre a vítima estar fazendo esses exames após quatro dias da violência e os perigos e problemas que isso acarreta.

D) As aspas

São nos últimos parágrafos, depois de informações repetidas da primeira notícia do portal, que vem duas notas de repúdio ao caso trazendo à tona a gravidade da violência. Trechos das notas são colocados entre aspas, ao invés de descritos — como foi feito em todas as outras declarações da matéria —, o que deixa a responsabilidade do conteúdo todo para as instituições responsáveis pela nota. "As aspas são, sob perspectiva, uma

proteção antecipada da crítica do leitor que já o lê aguardando determinado distanciamento dos fatos" (LOOSE, p. 11).

E) Outros elementos

A abordagem sobre o uso de drogas da vítima traz primeiro a questão de que ela faz uso frequente, para só depois mostrar sua alegação de que não fez uso na noite do crime, embora para a notícia apenas esse aspecto fosse relevante. Essa inversão da estrutura "ela admitiu que faz uso de drogas, mas afirmou que não utilizou nenhum entorpecente no sábado" mostra o mecanismo ideológico dominante de buscar desviar a atenção da violência para outros fatores que possam instigar o leitor diante da culpa da situação, reforçando a imagem comum de que a vítima tem um perfil específico e quem não se encaixa nele não é estuprada.

É uma forma de dar menos credibilidade à violência denunciada e mais mecanismos de questionar o relato. A construção poderia acontecer de várias outras formas, como: questionada sobre o uso de drogas, ela diz que não usou nenhum entorpecente na noite do crime, mas que mesmo assim não se lembra de nada. Dessa maneira, evitaria que houvesse mais especulações diante da vítima e que ela fosse ainda mais exposta por motivos que não era de relevância para a construção da notícia.

Outro ponto importante de destacar é a descrição do relato da avó da vítima. Nele é possível perceber o efeito de seleção e o mecanismo novamente presente de desmoralizar a vítima e expor ainda mais pontos pessoais que de nada interferem na notícia. A descrição do vídeo como "chocante" é o ponto central da fala da avó, segundo a notícia, que chega a colocar a descrição entre aspas para dar uma voz mais ativa e direta a ela. Logo em seguida, reforçam o uso de drogas da vítima, acrescentam que ela tinha o hábito de ir à comunidade desde os 13 anos e que é mãe.

Ao resgatar o texto da primeira notícia sobre a parte da investigação feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, a parte que questiona o estupro é mantida: "o MPRJ informou que está investigando o caso da jovem que aparece desacordada em um vídeo após supostamente ter sido estuprada." Isso serve para contextualizar o leitor que não leu a primeira notícia e quer saber como a investigação do caso começou, entretanto manter essa dúvida do Ministério Público de se é estupro juntamente com todas as apresentações que foram feitas da vítima: usuária de droga, mãe adolescente, frequentadora de comunidades do RJ desde os 13 anos, fazem com que todo o discurso esteja voltado para questionar e polemizar a vítima, ao invés de qualquer preocupação de combate à violência contra a mulher e à cultura do estupro.

F) Considerações gerais

O que se encontra dentro do discurso dessa notícia é a manutenção da ideologia dominante de questionar a vítima. Os sujeitos falantes identificados embora estejam em um número considerável, ao todo sete, demonstram que estão desiguais no discurso. Enquanto alguns sujeitos o jornalista descreve e coloca no começo da estrutura textual, outros, o jornalista prefere colocar ao final e totalmente entre aspas.

O mais grave, entretanto, vem na formação do sentido principal: o relato da vítima é exposto sem a preocupação de preservá-la e os pontos que dão espaço para questioná-la são os principais apresentados, ou seja, as formações discursivas da matéria são embasadas nas informações que geram polêmica, mesmo que essa polêmica possa custar a perda de credibilidade da vítima.

3.3.3. PRIMEIRA DECLARAÇÃO DE UM DOS SUSPEITOS

'Errada era ela', diz suspeito de estupro coletivo no Rio

Depoimento de Raí de Souza foi gravado por policiais. Celular de suspeito tem provas de abusos sexuais.

G1 Rio

Um dos suspeitos de participar do estupro coletivo de uma menor de 16 anos na Zona Oeste do Rio, afirmou que a vítima estava "errada" por estar na comunidade onde sofreu abusos sexuais, durante depoimento para investigadores.

"Ali era o lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre", disse Raí de Souza, 20 anos, em vídeo. Foi no celular de Raí que a polícia achou as principais provas do crime, os vídeos da menina sofrendo estupro.

Agentes da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav) conseguiram chegar ao celular de Raí, através do monitoramento de amigos dele em redes sociais.

Atualmente preso no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste, Raí disse inicialmente para a polícia que tinha destruído seu celular onde foi gravado o vídeo da menor estuprada nua, sendo tocada por um homem, com vozes de outros suspeitos ao fundo. Com a recuperação do aparelho, na última sexta-feira, os agentes descobriram um segundo vídeo do estupro coletivo, durante o qual **a menor tenta inclusive resistir às agressões.**`

Os investigadores chegaram ao aparelho ao descobrirem que um dos amigos de Raí tinha uma foto com o jogador de futebol Lucas Perdomo, solto na última sexta-feira (3) por falta de provas, e Raí, com as mesmas roupas com as quais ambos foram presos no último dia 30 de maio.

Através desse monitoramento, os policiais foram até o local, desconfiando que o celular estivesse com o amigo de Raí. Na última sexta feira, um mandado de busca e apreensão foi cumprido, na rua Dias Lopes, em Madureira, e o celular foi apreendido, intacto.

Agora, a delegacia de combate às drogas (DCOD) vai avaliar se o material contido no celular de Raí pode indicar o funcionamento do tráfico na região. O aparelho já foi encaminhado para perícia.

A descoberta do segundo vídeo foi tema de reportagem exclusiva do Fantástico neste domingo (5). Segundo investigações da Dcav, a voz no vídeo a que o fantástico teve acesso é de Raphael Duarte Bello, o terceiro preso na semana passada. Ele também é o responsável, segundo as investigações, por ter **inserido objetos na menina.**

No celular de Raí, a polícia também descobriu o áudio, com uma voz que seria a dele conversando com outra pessoa dizendo que, por "ordem superior", os moradores deveriam a uma passeata nas ruas próximas ao morro São José Operário, na Zona Oeste, onde o crime ocorreu. Durante a manifestação, moradores levantavam cartazes com dizeres como "não houve estupro" (ouça o áudio)

"Vai no Mototaxi lá, Nathan, avisa lá. Ordem superior. Mano mandou ir no protesto. Se não for, é com eles mesmo", diz ele.

Suspeitos presos

Raí e Raphael estão presos no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Lucas Perdomo também chegou a ser preso, mas acabou sendo solto por falta de provas de sua participação no crime. Ao todo, cinco suspeitos estão foragidos. "Eles vão responder pelos dois crimes. Pelo estupro e pela produção e divulgação de imagem de criança e adolescente. Que seja uma pena exemplar para mostrar para a comunidade que existe lei e que a lei quem faz é o Estado", contou Cristiana Bento.

ANÁLISE DISCURSIVA

A) A notícia

Para analisar essa notícia é importante entender o contexto do caso: ela é de 06 de junho de 2016. Durante o intervalo de tempo entre a segunda notícia selecionada e essa algumas novidades aconteceram: mais suspeitos foram identificados e o caso já

ganhou visibilidade nacional, pois nesta data já houve diversas manifestações ao redor do país em solidariedade ao caso e em protesto contra a cultura do estupro.

O foco central é identificado logo no subtítulo e no lide: trata-se de um depoimento do qual a imprensa teve acesso de um dos suspeitos presos que tinha um celular com novas gravações e provas do crime.

B) Os sujeitos

O principal sujeito da notícia, que tem citações no título e no texto, é um dos envolvidos no estupro coletivo, que admite a relação sexual com a jovem desacordada, mas nega que seja estupro. Ao contrário: justifica a ação pela vítima estar no lugar errado ("nem era o lugar dela").

Além do suspeito, só tem mais um sujeito falante: a delegada do caso, que aparece nas últimas linhas do texto, onde não é apresentada como delegada. Além dos dois, há fontes que participam: agentes da delegacia e policiais. O discurso monofônico tem como intuito destacar o suspeito e trazer algumas informações complementares já apontadas em outras notícias como o aparecimento do celular com novas gravações, a prisão de dois suspeitos e a busca por outros cinco.

C) Os silêncios

Os silêncios da notícia falam por toda parte: faltam fontes para contrastar a declaração polêmica do suspeito e faltam novidades para justificar, realmente, a existência da notícia, já que o único fato novo apresentado foram os trechos da declaração do suspeito.

Enfatizar esses trechos e não trazer nenhuma reflexão para complementar é manter uma das culturas mais violentas para mulheres, a do estupro. Se ausentar diante do problema e reforçá-lo em prol da repercussão é concordar, apoiar e enfatizar a ideologia dominante presente no discurso do suspeito.

D) As aspas

As aspas que contém na matéria, presentes logo no título, giram em torno principalmente do trecho mais polêmico do depoimento do suspeito. "Errada era ela". Em seguida, no lide, esse trecho é descrito pelo jornalista: "...afirmou que a vítima estava "errada" por estar na comunidade onde sofreu abusos sexuais". No segundo parágrafo, o trecho é novamente destacado com outra citação direta contendo a mesma frase exposta no título, descrita no lide e agora um pouco mais extensa: "ali era lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre". Depois, no décimo parágrafo, a informação é novamente trazida à tona, mas dessa vez

mostrando que ele estava articulando uma manifestação na comunidade para dizer que não houve estupro.

São ao todo quatro trechos com o mesmo sentido na argumentação e enfoque, sendo que os três primeiros ocupam posições nobres do texto jornalístico. Essa repetição é um mecanismo do discurso de enfatizar a informação escolhida, ou seja, de que o suspeito culpava a vítima.

A citação direta é um instrumento para diminuir a responsabilidade do veículo e do jornalista diante da fala do outro, ou seja, as aspas servem para explicitar que aquilo falado não é de compromisso dele, mas sim do sujeito falante. Entretanto, escolher o sujeito falante e dar o destaque da citação direta a ele, principalmente nos pontos centrais da reportagem - título e lide - é dar credibilidade ao sujeito, além de destacar, entre outros, seu ponto de vista.

Citar é esconder-se sob a capa do citado, como se o dito, de novo, agora e aqui, fosse repetido pelo seu autor. Na verdade, o dito (em outro lugar) é atualizado pela ação do sujeito de enunciação que, então, torna sua afirmação ao redizê-la. A estratégia de ocultamento apenas visa ao apagamento da responsabilidade. (PERUZZOLO, 2004, apud LOOSE, p. 9)

Dar voz e representatividade a ideias como essa é incentivar indiretamente a violência e a manutenção dos pensamentos de dominação do homem sobre as mulheres e de lugares onde mulheres "do bem" não são bem-vindas.

Além das aspas dos suspeitos, existe também outra no último parágrafo do texto, dessa vez da delegada dizendo que eles precisam ter punição exemplar. O destaque dado a cada aspas é desproporcional e o peso de uma é muito maior que o de outra onde aparece apenas uma vez e somente ao final.

E) Considerações gerais

O portal traz uma notícia onde o foco principal são trechos polêmicos do suspeito culpando a vítima. O destaque não está nas novas provas encontradas, mas sim no relato dele, onde naturaliza a violência com a justificativa de que há lugares onde mulheres não podem frequentar se não querem ser estupradas.

O preço pela polêmica, criado em prol de audiência, custa caro para a responsabilidade social do jornalismo de transformar a realidade. As duas primeiras notícias do caso já demonstram os mecanismos de questionar a vítima e desmoralizá-la, o que só incentiva e reforça o imaginário social, onde a ideologia age, de que há um perfil estipulado de vítima e que certas violências são justificáveis. Dessa forma, vindo

desse contexto, dar visibilidade central e voz a um relato que diretamente culpa a vítima é não só se isentar da responsabilidade de ajudar na transformação social como também de ser responsável por manter e incentivar a cultura de estupro.

O discurso dessa notícia não só oprime pelo silêncio de não trazer outros sujeitos, fontes ou sequer dados que pudessem problematizar e contrapor a visão de culpabilização da vítima como destaca e repete ao longo das posições mais importantes para as notícias que o suspeito acusou a vítima de acordo com o lugar que ela estava. Não era ele o errado, mesmo que tenha estuprado uma menina de 16 anos desacordada, gravado e compartilhado vídeos da agressão, era ela que não devia estar lá. Essa é a acusação dele e também o sentido mais repetido da notícia.

3.3.4. INVESTIGAÇÃO SOBRE QUANTIDADE DE ENVOLVIDOS

Polícia investiga quantas pessoas levaram menina para 'abatedouro' Agentes foram na primeira casa onde vítima de estupro esteve. Reconstituição foi feita no Morro da Barão, na Zona Oeste do Rio.

Nicolas Satriano

Do G1 Rio

A delegada titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima, Cristiana Bento, quer saber como a adolescente vítima de estupro coletivo no último dia 21 foi levada de uma casa no Morro da Barão, na Zona Oeste do Rio, **para o local conhecido como "abatedouro**, que também fica na comunidade.

Nesta quinta-feira (9), agentes da delegacia especializada refizeram o trajeto da adolescente e conseguiram localizar a casa onde, de acordo com as investigações, a adolescente passou a noite na companhia de outros três jovens, depois de sair de um baile funk na favela. No dia seguinte, a vítima relatou ter acordado em outra casa, que fica a aproximadamente 90 metros do primeiro local.

A avaliação preliminar dos investigadores indica que teria sido necessário mais de uma pessoa para levar a vítima da primeira casa para o local conhecido como "abatedouro", que fica mais acima na comunidade. Para agentes da delegacia especializada, a princípio, não seria possível uma pessoa carregar a adolescente morro acima, já que o caminho é bastante sinuoso e íngrime.

"Refizemos o percurso [da primeira casa ao abatedouro]. São aproximadamente 90 metros", afirmou a delegada. Cristiana Bento também afirmou que nada foi apreendido na casa que ligasse os suspeitos identificados ao crime.

O baile onde a adolescente esteve com a amiga, além de Raí de Souza, atualmente preso no Complexo de Gericinó, e o jogador Lucas Perdomo, ocorreu cerca de 20 metros da primeira casa para onde a vítima foi. O local é conhecido como Assembleia, porque fica ao lado de uma igreja evangélica.

O jogador Lucas Perdomo teria sido chamado para acompanhar a delegada na perícia, mas disse se sentir inseguro de subir a comunidade.

Vítima será ouvida novamente

A delegada da Delegacia Da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV), Cristiana Bento, responsável pelo caso, disse que irá ouvir a adolescente novamente, mas ainda não há confirmação da data para o novo depoimento. Ela será ouvida por videoconferência, já que está sob o programa de proteção do estado. A informação foi confirmada pela delegada Cristiana Bento, da Dcav. **Ela quer esclarecer com a vítima novos fatos que apareceram durante as investigações**.

Ameaçada por pessoas ligadas ao tráfico de drogas na região onde aconteceu o estupro coletivo e até por pessoas de fora do estado do Rio, a menor entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de Morte (PPCAM), executado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do RJ. A adolescente já saiu de casa e está em um local que não foi divulgado. A Secretaria de Direitos Humanos do Rio não descartava a mudança dela para outro estado e até uma eventual mudança de nome.

Inocência de jogador não está definida

Nesta quarta-feira (8), a delegada afirmou que a inocência de Lucas Perdomo, não está completamente definida. Em seu segundo depoimento sobre o caso do estupro coletivo de uma menor de 16 anos em uma comunidade na Zona Oeste do Rio, Lucas teria dito que não sabia da existência de um segundo vídeo de estupro que foi encontrado no celular de Raí de Souza, que está preso sob suspeita do crime.

"Totalmente não", disse a delegada sobre descartar a participação de Lucas no crime.

Cristiana Bento acrescentando ainda que a Polícia Civil deve fazer mais diligências na primeira casa utilizada para as sessões de sexo entre Raí de Souza, Lucas Perdomo, a vítima e uma outra jovem.

Novo depoimento

O jogador de futebol Lucas Perdomo chegou por volta das 10h50, desta quartafeira (8), na DCAV, para prestar um novo depoimento. Segundo a advogada do jogador de futebol, Renata Barcellos, são **novos esclarecimentos para um complemento das investigações, já que, a cada hora, surgem novos indícios na investigação**.

Após quase uma hora e meia na DCAV, o jogador saiu por volta das 12h30 sem falar com os jornalistas. Silvio Cesar Duarte, pai do jogador, disse que eles receberam uma ligação pedindo para que o rapaz comparecesse na delegacia nesta manhã, mas não sabe exatamente para que. "A pessoa que não deve nada tem que estar tranquila sempre", afirmou o pai do rapaz ao chegar na delegacia na manhã desta quarta.

Lucas chegou a ser preso e levado para o presídio de Bangu na semana passada, mas foi liberado na sexta (3) por falta de provas de que ele tivesse participado do estupro coletivo da menina. O resultado da perícia feita no celular de Raí de Souza, um dos presos acusados de cometer um estupro coletivo, revelou que havia quatro homens na cena do crime — e não três, como suspeitava a Polícia Civil do Rio. O laudo aponta para quatro vozes masculinas no local.

A perícia foi realizada no vídeo que foi divulgado em redes sociais, o primeiro. Depois, novas imagens foram descobertas e confirmaram que a adolescente foi violentada, exibido em primeira mão pelo Fantástico. Ainda de acordo com o laudo, o aparelho celular passou na mão de duas pessoas que estavam na cena do crime.

Segundo a polícia, a suspeita é de que estivessem no local: Raí de Souza (já preso), Raphael Duarte Bello (já preso) e Jefinho (foragido). O quarto homem pode ser o traficante Moisés Lucena, conhecido como Canário, já que ele foi reconhecido pela jovem.

Atualmente preso no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste, Raí disse inicialmente para a polícia que tinha destruído seu celular onde foi gravado o vídeo da menor estuprada nua, sendo tocada por um homem, com vozes de outros suspeitos ao fundo. Com a recuperação do aparelho, na sexta-feira (3), os agentes descobriram um segundo vídeo do estupro coletivo, durante o qual a menor tenta inclusive resistir às agressões.

Os investigadores chegaram ao aparelho ao descobrirem que um dos amigos de Raí tinha uma foto com o jogador de futebol Lucas Perdomo, solto na sexta-feira por falta de provas, e Raí, com as mesmas roupas com as quais ambos foram presos no último dia 30 de maio.

No áudio do vídeo, Raí e Raphael insinuam que mais de 30 homens participaram do crime. A polícia acredita que este número possa não ser real. Os 30 seriam uma referência a um funk famoso na região, de MC Smith.

Suspeitos presos

Raí e Raphael estão presos no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Ao todo, cinco suspeitos estão foragidos. "Eles vão responder pelos dois crimes. Pelo estupro e pela produção e divulgação de imagem de criança e adolescente. Que seja uma pena exemplar para mostrar para a comunidade que existe lei e que a lei quem faz é o Estado", contou Cristiana Bento.

ANÁLISE DISCURSIVA:

A) A notícia

A notícia é de 09 de junho de 2016 e trata principalmente da investigação policial sobre quantos homens abusaram sexualmente da vítima. A partir do título e lide é possível detectar o sentido central da notícia: a investigação policial sobre quantos homens abusaram sexualmente da vítima.

A notícia faz também um apanhado do caso com as últimas informações da investigação – quem está preso, quantos foragidos e novos depoimentos – e também com a situação da vítima que teve que sair do Rio de Janeiro em virtude do número de ameaças que recebeu por ter denunciado o estupro. O discurso explica ainda que o motivo pelo qual a polícia estava refazendo o trajeto até o local onde aconteceu o crime foi ter verificado em investigações anteriores que uma pessoa só não seria capaz de levar a vítima até o local onde foi abusada já que ela estava desacordada.

B) Os sujeitos

O discurso possui três sujeitos falantes: a delegada do caso, um suspeito que foi solto por falta de prova, mas que ainda estava sendo investigado e o pai dele. Embora pareça polifônico por esses sujeitos aparecerem ao longo de todo discurso, apenas eles são destacados. Um ponto interessante é que esta é a primeira notícia da análise que o sujeito central é a delegada que investiga o caso, o que mostra um enfoque real na investigação.

C) Os silêncios

Os silêncios diante da gravidade da violência também aparecem nesta notícia. Vários trechos de outras matérias são repetidos - como a prisão de dois suspeitos e o novo celular identificado -, mas novamente não são colocados dados sobre estupros ou condições de denúncias, formas de denunciar etc, informações importantes para notícias de grande repercussão sobre o assunto; Seria uma forma de ajudar na reflexão da sociedade e importância da denúncia. Caberia até mesmo falas sobre os problemas que existem nos canais de denúncia e críticas para mudanças, pois no contexto da notícia a vítima estava sendo ameaçada por ter falado que foi estuprada.

A notícia foca na investigação sobre a quantidade de pessoas que participaram do estupro, mas nada diz sobre a polícia descartar, apenas por não acreditar ser real, um número maior de suspeitos, mesmo que haja áudios apontando para isso. Em geral, pouco se fala sobre o número de suspeitos envolvidos aumentar à medida que a investigação se aprofunda, mas mesmo assim a polícia descartar novos avanços.

D) As aspas

A colocação do termo abatedouro entre aspas no título serve para demonstrar que aquela é uma expressão que não é do jornal, embora não diga diretamente de quem seja. Entretanto, não deixa de ser a expressão que o jornal optou para se referir ao local, dando visibilidade ao termo. É essencial pensar que as aspas, embora tire certa responsabilidade do jornalista, não deixa de ser uma maneira de destaque e visibilidade da informação trazida. Chamar o lugar onde uma adolescente foi violentada por vários homens de "abatedouro" é tirar o peso cruel da violência e dar voz a naturalização que os suspeitos faziam em relação ao ambiente.

Em todo o texto, o termo é repetido outras duas vezes. Na primeira entre aspas, explicando que o local era conhecido assim e na segunda entre colchetes, dentro das aspas da delegada do caso, que está afirmando que refizeram o trajeto de uma casa a outra. A escolha do veículo em reproduzir e repetir o termo faz com que o imaginário do público também dê essa referência ao local. De maneira indireta, a palavra nesse contexto carrega a ideia a quem lê e a quem fala de que aquele foi o lugar onde levaram a vítima para o "abatimento" e "consumo" de suas carnes (que são públicas).

Existe ainda outra aspas da delegada responsável pelo caso, dessa vez enfatizando que o jogador de futebol suspeito de participar do crime não está fora da investigação, embora não tenha provas contra ele. Em seguida, tem as aspas do pai do jogador dizendo que ele não tinha com o que se preocupar, contrastando o que foi dito pela delegada no parágrafo seguinte.

Ao final, outra fala da delegada aparece. É a mesma que aparece em notícias anteriores, afirmando que a punição dos suspeitos deve ser exemplar. Em geral, o uso de aspas recai principalmente sobre ela, que aparece ao todo três vezes ao longo do texto.

E) Outros elementos

Essa é a primeira notícia assinada do recorte selecionado para análise. Uma das hipóteses para só nesta vir assinatura do jornalista é a repercussão do caso que, na data da notícia, já tem visibilidade não só nacional como internacional, o que exige do veículo novas preocupações. Com isso, a responsabilidade que antes recaia completamente no veículo agora é dividida com a autoria do jornalista.

F) Considerações gerais

Os silêncios falam mais que o texto. O foco recorre ao superficial e nenhuma problematização é feita. A falsa polifonia deixa a desejar na diversidade de vozes do discurso e o assunto é tratado como possibilidade de audiência ao invés de chance de transformação e melhoria social. A repetição do local como abatedouro também diz muito sobre a ideologia patriarcal existente: a mulher como objeto sexual de livre consumo do homem. Mesmo que o veículo não fala disso, a notícia repete e divulga o termo.

3.3.5. DESFECHO DAS INVESTIGAÇÕES

Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados 'É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país', diz delegada. Sete pessoas foram indiciadas; celular foi uma das principais provas.

Matheus Rodrigues

Do G1 Rio

A Polícia Civil indiciou nesta sexta-feira (17) sete pessoas pelo estupro de uma jovem de 16 anos no Morro da Barão, na Zona Oeste do Rio (veja a lista abaixo).

A Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV) concluiu o inquérito sobre o caso, feito com todos os laudos periciais, inclusive o do celular de Raí de Souza, de 22 anos, um dos três suspeitos que estão presos pelo crime.

"Hoje eu estou trazendo a conclusão do inquérito. É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país, até pela forma hedionda que ele foi praticado", afirmou a delegada Cristiana Bento.

Quem são os indiciados

- Raí de Souza, que gravou e transmitiu o vídeo;
- Raphael Duarte Belo, que fez uma selfie e transmitiu o vídeo;
- Um menor conhecido como Perninha neste caso, o processo será desmembrado e encaminhado para a Vara da Infância e da Juventude, e ele responderá por ato infracional análogo aos crimes.
- Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário, um dos traficantes do Morro da Barão;
- Sergio Luiz da Silva, o Da russa, chefe do tráfico no Morro da Barão
- Michel Brasil da Silva, indiciado pela divulgação de imagens
- Marcelo Miranda, também indiciado pela divulgação de imagens.

Agora, o Ministério Público vai decidir se os maiores de idade serão denunciados. Se isso acontecer, o caso vai para a Justiça, que decide se os denunciados vão virar réus.

O jogador de futebol Lucas Perdomo Duarte, que chegou a ser preso, não vai ser indiciado por nenhum crime, por falta de prova.

Outros suspeitos

"A polícia trabalha com prova técnica. Foram sete indiciados neste crime. Por uma perturbação ou trauma pode ter ficado uma falsa memória. Se houver mais, estou apurando peças para eventuais participantes", disse a delegada.

Segundo Cristiana Bento, o celular do Raí era uma das principais fontes das investigações. "Raí em seu depoimento ele disse que tinha jogado fora. A gente sabia que era a principal fonte de prova o celular de Raí. A gente tinha que procurar a todo custo. Mais de dois mil perfis de Facebook e Twitter foram investigados", afirmou.

"Arquivos e imagens encontradas no celular do Rai serão enviadas à Dcod [Delegacia de Combate às Drogas] para investigar possível envolvimento com o tráfico de drogas da região", disse a delegada Cristiana. A análise pericial do aparelho feita pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) e entregue à delegacia nesta quinta-feira (16).

Cristiana Bento afirmou que a pena de estupro de vulnerável é de 15 anos, a produção do material é de 8 anos e a transmissão é de 6 anos.

Segundo a delegada, a vítima prestou três depoimentos à polícia. "Quando ela foi acolhida pelo programa de proteção, a polícia não entrou mais em contato com

ela". "A gente espera que a pena seja exemplar para que isso não volte a existir", concluiu Cristiana Bento.

Início das investigações

Segundo o diretor geral das Delegacias Especializadas, Ronaldo Oliveira, o crime foi descoberto pelos policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos (DRCI).

"Eles fazem uma constância na internet e encontraram um vídeo que era uma barbárie. A partir do momento que foi identificado um crime que precisava de uma investigação mais profunda, foi solicitado uma delegada com uma expertise no assunto", afirmou Oliveira, sobre a mudança da delegacia na investigação.

Segundo ele, o trabalho do delegado Alessandro Thiers, que iniciou as investigações pela DRCI e foi alvo de muitos questionamento, foi essencial. "O trabalho do Alessandro, apesar de muitos criticarem, foi muito importante para o trabalho da doutora Cristiana. Eles se complementaram", afirmou Ronaldo Oliveira.

Thiers foi afastado das suas funções na especializada e está de férias. Quando voltar, Ronaldo Oliveira afirmou que ele receberá um "novo desafio". O seu lugar foi assumido pela delegada Daniela Terra, que antes era titular da 33ª DP (Realengo).

Cronologia dos acontecimentos

De acordo com o que se sabe até agora, a adolescente saiu de um baile funk com Raí, o jogador de futebol Lucas Perdomo, de 20 anos, e mais uma garota às 7h da manhã de sábado, 21 de maio. Na festa, eles teriam feito uso de bebidas alcoólicas, maconha e cheirinho da loló (entorpecente feito com clorofórmio e éter). Os quatro foram a uma casa abandonada da comunidade do Morro do Barão.

Às 10h do mesmo dia, Raí, Lucas e a outra menina decidiram sair do local, deixando para trás a menor, que ainda está sob o efeito de drogas.

Às 11h, a menina teria sido encontrada desacordada pelo traficante Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário, de 28 anos. O homem pegou a jovem e a levou para outra casa. Ele teria sido o primeiro a estuprá-la.

As investigações apontam que a adolescente foi estuprada, no mínimo, duas vezes: no sábado pela manhã e no domingo, à noite. Os policiais acreditam que o número de envolvidos no crime possa ser maior.

Quando a jovem foi violentada na noite de domingo, Raí chegou em uma casa da comunidade acompanhado de Raphael Duarte Belo, de 41 anos, e de um homem identificado como Jefinho. Neste segundo momento, eles abusaram da adolescente, gravaram vídeos e tiraram fotos.

ANÁLISE DISCURSIVA

A) A notícia

A última notícia selecionada para análise, de 17 de junho de 2016, trata da conclusão do inquérito policial sobre o estupro coletivo. Ao todo, foram sete indiciados por abusar e/ou gravar e compartilhar vídeos e fotos da violência. Uma das primeiras informações trazidas, além do número de suspeitos e o fato do inquérito ter sido concluído, é que localizar e investigar o celular de um dos suspeitos foi essencial para o desenrolar e conclusão da investigação.

B) Os sujeitos

As vozes ouvidas e transmitidas nesta notícia são as oficiais – delegada, diretor geral de delegacias, agentes da investigação. A delegada aparece com mais destaque em todo texto. O discurso monofônico se dá principalmente pelo sentido central da notícia ser focado na conclusão do inquérito policial.

C) Os silêncios

A notícia começa com a apresentação dos suspeitos identificados e o motivo pelo qual são indiciados. O que chama atenção é que durante essa apresentação a notícia apresenta os suspeitos apenas como quem divulgou e ou gravou fotos ou vídeos, além de quem é identificado como traficante ou não. O primeiro então silêncio é detectado: há uma cautela em falar que são acusados de estuprarem, coletivamente, uma menina desacordada de 16 anos, embora essa seja a principal barbárie do caso.

O foco do começo do discurso e da apresentação dos suspeitos são voltados para a relação com as drogas ou com as imagens. Em partes, eles são preservados na notícia de carregarem o peso de estupradores ou ao menos suspeitos de estupro coletivo.

Um ponto que também merece destaque é que embora a notícia traga a informação de que a polícia acredita que houve mais suspeitos além do indicado, isso não é problematizado. Pouco se fala sobre a investigação acabar sem identificar quantos

realmente participaram ou as dificuldades de investigar um caso como esse, as falhas do sistema de identificar e investigar um estupro etc. Fala-se da expectativa da pena ser exemplar, da previsão de pena de cada crime – estupro de vulnerável, produção e transmissão de material íntimo - e de não ouvir a vítima mais por ela ter entrado no programa de proteção.

Ao trazer o panorama do início das investigações, a notícia trata de ouvir e dar voz ao diretor geral das Delegacias Especializadas que defende o primeiro delegado do caso - afastado por ser acusado de assumir uma postura parcial e culpar a vítima do estupro. Na fala do diretor geral das Delegacias Especializadas falta ainda uma diversidade de vozes. Ao ouvir apenas a fala do diretor geral, que diz que sua conduta foi exemplar e importante para o caso, passa a imagem que ele foi afastado sem necessidade. Ao tratar do assunto, deveria haver outra voz falando sobre a conduta do delegado e explicando o outro ponto de vista presente nesta questão, de que ele foi afastado por culpar e questionar a vítima.

Na cronologia do caso apresentado pela notícia muitos aspectos são simplificados e minimizados. Mesmo que tenha o discurso da vítima falando de não se lembrar do uso de drogas ilícitas na noite do crime, a notícia apresenta que ela ingeriu substâncias, mas nada é falado sobre ela não lembrar e provavelmente ter sido induzida ao uso. Também não falam sobre a perícia ter identificado ser impossível ela ser levada ao local onde ocorreu o crime apenas por um homem, mas na apresentação dos fatos trazerem apenas uma pessoa carregando-a.

D) As aspas

O discurso da delegada responsável pelo caso, Cristiana Bento, é destacado pela notícia. Entre aspas, a matéria coloca ainda no subtítulo uma das falas da delegada sobre o caso ter sido um crime que chocou o Brasil e ficou marcado na história.

Em seguida, o texto traz outra série de aspas com falas da delegada: sobre a necessidade de trabalhar com provas técnicas e por isso ter sete indiciados, dos arquivos identificados no celular de um dos suspeitos e também de não ouvir mais a vítima após ela ter ido para o programa de proteção. Em geral, são falas que explicam o procedimento da polícia de concluir a investigação e também sobre a gravidade do caso.

Ao final, aparece outra aspas, a primeira e única que não é da delegada. Dessa vez, trata do diretor geral das Delegacias Especializadas, onde fala sobre o afastamento, que na verdade foi férias, do primeiro delegado do caso. Há nas aspas a defesa de que o delegado foi essencial e que complementou as investigações da delegada.

E) Outros elementos

É a primeira notícia analisada que expõe a gravidade do caso. Fala-se, principalmente sob a voz da delegada, sobre a expectativa da pena ser exemplar, da previsão de pena de cada crime - estupro de vulnerável, produção e transmissão de material íntimo - e de não ouvir a vítima mais por ela ter entrado no programa de proteção.

Acredita-se que esse cuidado maior em contextualizar já foi fruto das diversas manifestações populares que aconteceram durante todo o processo de investigação. As manifestações criticavam a polícia e a imprensa na forma de lidar com o assunto, o que fez com que o veículo adotasse uma postura de destacar, pela primeira vez, a gravidade da violência.

F) Considerações gerais

O desfecho do caso é o momento onde todo um panorama é traçado e também a oportunidade para trazer à tona os dados sobre estupros existentes no Brasil, a necessidade de se falar do assunto, principalmente ao ver um caso de grande visibilidade. Seria também a chance para informar os mecanismos de denúncia e principalmente problematizá-los, assim como problematizar o pequeno número de indiciados na conclusão do inquérito e as falhas e dificuldades na coleta de provas em casos como esse.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou verificar de que maneira o portal G1 tratou o caso de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos em uma comunidade do Rio de Janeiro. O intuito foi de analisar, dentre outras coisas, se os aspectos predominantes dos discursos giravam mais em torno da denúncia da violência ou de sua naturalização.

Para o desenvolvimento da análise alguns recortes foram feitos até chegar nas cinco matérias finais. Ainda durante esses recortes alguns pontos problemáticos já foram identificados. O primeiro deles foi a ausência, entre as 103 notícias que tratavam do assunto, de matérias com informações adicionais e contextualizadas sobre a realidade do estupro no país, as formas de fazer a denúncia, os direitos da vítima ou outros fatores que ajudassem, diretamente, no combate à violência e cumprisse a função educadora esperada do jornalismo.

Na execução das análises uma série de reflexões foram geradas. A primeira delas é sobre os sentidos centrais que as notícias tinham. Duas, das cinco notícias analisadas, trouxeram um enfoque em questões mais populares do assunto, como a declaração polêmica de um suspeito, em vez de abordar questões nacionalmente mais relevantes, como os problemas na identificação de suspeitos e na coleta de provas do caso. Caberia até mesmo expandir para contextos gerais, já que esses são problemas recorrentes em casos de denúncia de estupro.

A falta de representatividade na seleção dos sujeitos de todas as notícias analisadas também é um fator importante. Das cinco, duas notícias trazem em destaque a fala da delegada do caso, mas nenhuma coloca vozes de especialistas no assunto que possam problematizar, questionar ou aprofundar determinados aspectos do caso. Não existe uma pluralidade real nas notícias analisadas, as vozes giram em torno, essencialmente, de fontes policiais.

As aspas trazidas em cada notícia também apontam para o mesmo problema. Embora o veículo se ausente em partes da responsabilidade ao colocá-las, o conteúdo de dentro dela continua sendo destacado e escolhido pelo veículo para isso. Mesmo entre aspas, centralizar falas como "errada era ela" ou se referir ao local do crime como "abatedouro" porque era esse seu apelido são mecanismos frutos da ideologia patriarcal para minimizar a violência sexual, mesmo que indireta ou intuitivamente.

Os silêncios do discurso também disseram muito sobre o comportamento do portal diante da violência: os pontos priorizados pelas notícias apelavam para o

sensacionalismo, enquanto os aspectos de denúncia eram abafados. Nas notícias analisadas não há nenhum dado sobre os estupros no país ou na cidade do crime. Também não se fala sobre os problemas de culpar a vítima, mesmo que um dos comentários mais curtidos da primeira notícia seja questionando por que ela estava no local. Há outros silêncios diante do veículo: não é trazida à tona a gravidade da fala do suspeito culpando a vítima. O destaque é dado a afirmação, mas não é abordado o perigo do pensamento de questioná-la e culpá-la. O que é verificado é que a informação gira em torno da audiência e deixa para trás a busca em educar e combater à violência.

Mesmo indiretamente, as notícias concordam com a ideologia patriarcal presente na sociedade brasileira e formadora da cultura do estupro. Ao se referir ao local do crime da mesma forma que os suspeitos, acrescentando apenas as aspas, a formação imaginária que vai ser consolidada no leitor é de também se referir ao local dessa maneira. Ao enfatizar a declaração polêmica de um suspeito de que a culpa é da vítima que estava em um lugar que não era dela, o imaginário do leitor também acaba por questionar se ela, realmente, não tem culpa. Expor a vítima informando sobre maternidade, uso de drogas, e gosto por festas, ao mesmo tempo que zela e preserva os suspeitos, também corrobora para essas formações que só reforçam os pensamentos causadores da violência.

Em um país que, segundo o Ipea (2014), apenas 10% dos casos são denunciados e que estima-se mais de mil estupros por dia, a preocupação do jornalista não pode recair sobre a audiência. Deve-se cumprir o papel de educar a sociedade a refletir sobre o senso comum que gira em torno do estupro para justificá-lo e fortalecê-lo. Manter-se neutro, buscando o polêmico e enviesando para o sensacionalismo, como as análises demonstram, é reforçar a cultura do estupro e a violência sexual que atinge milhares de meninas e mulheres em todo Brasil.

De maneira geral as notícias apontem para falhas graves, como fortalecer mecanismos de culpabilização da vítima e silenciar diante de oportunidades para abordar a questão da violência e refletir sobre. Reproduzir comportamentos de questionar a vítima, usar mecanismos que minimizem o caso, mesmo que indiretamente, e/ou trazer apenas um aspecto de um contexto complexo sem sequer explicá-lo é fortalecer o interdiscurso já presente nos leitores de que muitas vezes a mulher dá abertura para o crime sexual acontecer e que estupro é questionável. A cultura do estupro já faz com que esses pensamentos estejam presentes na mente do leitor, mesmo que nem ele mesmo se dê conta disso (interdiscursividade). Dessa maneira, estruturas

textuais e discursivas mal ou pouco explicadas e contextualizadas fortalecem esses entendimentos.

Um último ponto que vale destacar é em relação a quinta notícia de análise: ela demonstra, mesmo que de maneira tímida, uma espécie de evolução no portal. As primeiras quatro notícias minimizam o caso a partir de mecanismos que destacam informações que questionam a vítima e a credibilidade do caso, ao mesmo tempo que preservam suspeitos e geram polêmica a qualquer custo. A última notícia, por outro lado, aponta justamente para as falas da delegada que ressaltam a gravidade do estupro e a maneira como aquilo deveria ser severamente punido e servir de exemplo a não ser repetido. É a primeira vez que a ênfase da notícia adentra na magnitude do caso.

O avanço tímido se dá, possivelmente, pela repercussão do caso que atingiu olhares internacionais e também pela quantidade de manifestações que aconteceram em todo Brasil denunciando a cultura de estupro e exigindo mudança de comportamento da imprensa e da polícia, fazendo com o portal se ajustasse em alguns detalhes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAS, Fernanda; PENIDO, Pedro. **De gatekeeper a cartógrafo da informação: a reconfiguração do papel do jornalista na web**. XII congresso brasileiro de ciências da comunicação da região sudeste, Minas gerais, 2007. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/r0098-1.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

ANDI - COMUNICAÇÃO E DIREITOS, INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília. 2011. http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-te Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

ANDI - COMUNICAÇÃO E DIREITOS, INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra a mulher: estudo revela predominância de viés policialesco na cobertura noticiosa do tema. Brasília. 2011. http://www.andi.org.br/sites/default/files/resumo_executivo_mulher_violencia_ANDI_2 011.pdf> Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

ARANHA, A.; MIRANDA, G. **O** jornalismo hiperlocal como mediador do empoderamento feminino. Revista Observatório, vol. 1, n° 3. São Paulo. 2015. https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/download/1663/84 24/0> Acesso em: 19 de março de 2017.

BALLONE, GJ. **Violência Doméstica** – in. PsiqWeb. São Paulo. 2015. <www.psiqweb.med.br> Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. **Network journalism: converging competences of old and new media professionals.** Australian journalism review , Austrália, v. 23, n. 2, p. 91-103, 2001. Disponível em: https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/bardoeldeuze+networkjournalism+2001.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 de abril de 2017.

BARSOTTI, Adriana. **Transformações contemporâneas nas práticas jornalísticas: o jornalista on-line como mobilizador de audiência**. E-compós, Brasília, v. 17, n. 1, p.

1-20, jan. 2014. Disponível em: http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewfile/1080/761>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

BELELI, I. Novos cenários: entre o "estupro coletivo" e a "farsa do estupro" na sociedade em rede. In Revista Pagu, número 47. São Paulo. 2016. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-

83332016000200504&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 28 de março de 2017.

BELISÁRIO, K., BIACHI, M. **A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: denúncia ou "naturalização"?.** In: Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação. Brasília. 2015. http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%93s2015_2851.pdf Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

BLAY, E. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. In: Estudos avançados nº 17. Universidade de São Paulo. 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006 Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

BRAGA, A., ANGOTTI, B., MATSUDA E. **Das violências reais e simbólicas - a violência sexual contra as mulheres no Brasil.** In: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo. Janeiro de 2014. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Boletim-254_Braga.pdf Acesso em: 18 de março de 2017.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. São Paulo: Unicamp, 2004. 124 p.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa.** 1 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAIRES, M. A mídia do estupro: análise de notícias sobre violência sexual durante o mês de maio de 2015. Revista anagrama. São Paulo. Janeiro de 2016. http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/9086/8090 > Acesso em: 19 de março de 2017.

CALDAS, G. Ética e cidadania na formação do jornalista. Revista Comunicação e Sociedade. Faculdade Metodista. São Paulo. Julho de 2005.

https://www.metodista.br/revistas/revistas-
metodista/index.php/CSO/article/view/3942/3425> Acesso em: 03 de março de 2017.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. I congresso ibérico de comunicação, Portugal, 2001. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede.** 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 528 p.

CARDOSO, I.; VIEIRA, V. **O** discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 69-85. 2014. https://www.uniceub.br/media/907139/M%C3%ADdia_e_estupro.pdf Acesso em: 28 de março de 2017.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto contexto, Porto alegre, v. 4, n. 1, p. 679-684,out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

CARVALHO, Carlos. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo.** Intercom, Minas gerais, v.00, n.11, p. 1-13, jan. 2015. http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf Acesso em: 14 de abril de 2017.

CARVALHO, Guilherme. **Diretrizes para a análise de discurso em jornalismo**. Uninter de comunicação, Goiás , v. 1,n. 1, p.5-27, jun. 2013. Disponível em: https://www.uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/510>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura . 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

CERQUEIRA, D., COELHO, D. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundos os dados da saúde.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. Março de 2014.https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo. 1 ed. Brasil: LabCom, 2010. 201 p.

CORNU, D. Ética da informação. 2 edição. São Paulo: Edusc, 1998.

COULOURIS, D. Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro. In XVII Encontro Regional de História - O lugar da história. Universidade de Campinas. São Paulo. Setembro de 2004. http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20VII/Daniella%20Georges%20Coulouris.pdf Acesso em: 17 de março de 2017.

DINES, A. **O papel do jornal: uma releitura**. 8º edição. São Paulo: summus editorial. 1986.

DOMINGOS, J., PEREIRA, T. **Foucault e mídia: entre pirotecnias e reflexões**. 1º edição. Paraíba: marca de fantasia. 2017. https://pt.scribd.com/document/339213768/Foucault-e-Midia Acesso em: 17 de março de 2017.

EMPINOTTI, M. **Aproximações entre jornalismo e educação**. Santa Catarina. http://www.academia.edu/23315149/Aproxima%C3%A7%C3%B5es_entre_Jornalismo_e_Educa%C3%A7%C3%A3o Acesso em: 28 de março de 2017.

ENTMAN, Roberto. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of communication, Illinois, v. 43, 1993. Disponível em: https://www.attorneygeneral.jus.gov.on.ca/inquiries/cornwall/en/hearings/exhibits/mary_lynn_young/pdf/05_entman.pdf. Accesso em: 10 de abril de 2017.

FONSECA, A. Jornalismo para a transformação: a pedagogia de Paulo Freire aplicada às diretrizes curriculares de comunicação social. Uniube. Minas Gerais,

2005. http://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/353/358 Acesso em: 23 de março de 2016.

FRANCISCATO, Carlos; GÓES, José Cristian. Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo. Animus, Sergipe, v. 11, n. 22, p. 291-309, jan. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6564>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

FREITAS, C., MODESTO, C. Que mulier é essa? Como fazer um jornal feminista. In: 9º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Rio de Janeiro. Novembro de 2011.

GONÇALVES, Telmo. **A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo.**Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, [S.1.], n. 5/6, july 2011. ISSN 1645-2585. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

Ijuim, J. **A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire.** In: Em questão. Porto Alegre. Julho de 2009. http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10060 Acesso em: 15 de março de 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; LOCOMOTIVA. Violência sexual: percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil. Brasília. Dezembro de 2016. http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa_ViolenciaSexual_2016.pdf Acesso em: 31 de janeiro de 2017.

JENKINS, Henry. Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável. 1 ed. São Paulo: Aleph, 2014. 366 p.

KOSHIYAMA, A. **Jornalismo, cidadania e feminismo: o tema da violência contra a mulher na imprensa e nos sites da internet**. III SBPJor. Florianópolis: UFSC, 2005. http://www.bdpi.usp.br/single.php?_id=001497523 Acesso em: 20 de março de 2017.

MACHADO, Márcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica.** Intertexto, Porto alegre, v. 1, n. 14, p. 1-11, jan. 2006. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 2 ed. São Paulo : Pontes: editora da Unicamp, 1993. 197 p.

MARTINS, R., MARTINS, G. **Estupro: violência e sofrimento**. Revista galegoportuguesa de Psicologia e Educação. Volume 19. Portugal. Outubro de 2011. http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/10452/RGP%2019_2%202011%20art%2012.pdf?sequence=1 Acesso em: 19 de março de 2017.

MEDINA, C. **Profissão jornalista: responsabilidade social.** 1º edição. São Paulo: forense universitária. 1982.

MEDITSCH, E. **Filosofia de Paulo Freire e Práticas Cognitivas no jornalismo.** Revista online Comunicação e Educação. São Paulo. 2002. http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37488/40202 Acesso em: 27 de março de 2017.

MEDITSCH, E.; FARACO, M. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Vol. XX VI, nº 1. Portugal. 2003. http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditscheduardo-faraco-mariana-pensamento-paulo-freire.pdf Acesso em: 25 de março de 2017.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na web.** Universidade federal da bahia, Bahia, 2001. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. A cesso em: 01 de maio de 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007. 99 p.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. Universidade federal da bahia, Bahia, 2003. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2003_palacios_olugardamemoria.pdf>.Acesso em: 01 de maio de 2017.

PALACIOS, M. et al. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro.** Universidade da bahia, Bahia, 2002. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_mapeamentojol.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

RINGOOT, Roselyne. **Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo**. Comunicação e espaço público, Brasília, v. 2, n. 1, p. 133-139,jan. 2006. Disponível em: http://poscom.unb.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=13. Acesso em: 04 de maio de 2017.

SANTOS, M. **Violência e poder midiático: 15 dias de silêncio**. Unisul. Santa Catarina. 2010. http://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/634/102802_Mariana.pdf?sequence =1> Acesso em: 28 de março de 2017.

SANTOS, M., MARADEI, A. **O caso do estupro coletivo no twitter.** Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo. Setembro de 2016. http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3140-1.pdf Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

SCHEUFELE, Dietram. **Framing as a theory of media effects** . Association for education in journalism and mass communication, Anaheim, p. 103-121, ago. 1996. Disponível em: http://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/fileadmin/redaktion/institute/sozialwissenschaften/kommunikations-und_medienwissenschaft/vowe/forschergruppe/scheufele_framing_theory_media_effects.pdf >.Acesso em: 09 de abril de 2017.

SCHWAAB, Reges. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. Em questão, Porto alegre, v. 13, n. 1, p. 11-23,

jan. 2007. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2002>. Acesso em:03 de maio de 2017.

SOUSA, R. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. In Revista Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Janeiro de 2017. https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48512 Acesso em: 19 de março de 2017.

SOUZA, C., ADESSE, L. Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios. Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. 2005. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/SPM_violenciasexual2005.pdf Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

SOUZA, T., OLIVEIRA, S. **Violência contra a mulher na imprensa: o caso do jornal "o popular".** Universidade do Estado da Bahia. Bahia. Julho de 2015. http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Texto-completo-Violencia-Contra-a-Mulher-na-Imprensa.pdf Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

SUDUÁRIO, S., ALMEIDA, P.C., JORGE, M.S.B. **Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade**. Universidade Estadual do Ceará. Ceará. Novembro de 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: **Questões, teorias e "estórias"**. 2 ed. Brasil: Vega, 1999. 357 p.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. 1 ed. Nova York: Free Press, 1978. 244 p.

UNICEF. **Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children**. Setembro de 2014. https://www.unicef.org/publications/index_74865.html Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

VICENTE, Jailton. **Análise do discurso sobre sucesso e fracasso escolar no brasil: um estudo comparado sobre as repercussões na mídia on-line**. 2016. 134 p. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília.

WOITOWICZ, K.; PEDRO, J. **Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política.** Fazendo gênero - diásporas, diversidade, deslocamentos, n° 9. Santa Catarina. 2010. http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288079_ARQUIVO_Fazendogenero2010.pdf> Acesso em: 20 de março de 2017.

ZANETTI, Daniela. **O framing e o processo de construção da notícia** . Pj:br, São paulo, 2008. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm. Acesso em: 15 de abril de 2017.

APÊNDICE Notícias sobre o estupro coletivo no portal G1

Título da notícia	Data	Link do site
Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts	25/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rio-apura-suposto-estupro-coletivo-e-identifica-autores-de-posts.html
Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html
Polícia avalia a prisão de 4 suspeitos de estupro coletivo no RJ	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rj-pede-prisao-de-quatro-suspeitos-de-estupro-coletivo.html
Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-que-teria-sido-vitima-de-estupro-coletivo-faz-exames-no-rio.html
Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-identifica-um-dos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-no-rio.html
'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora	26/05	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/a-india-e-aqui-impunidade-fez-estupro-coletivo-virar-motivo-de-ostentacao-diz-promotora.html
Após exames, vítima de estupro no Rio toma coquetel de medicamentos	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/apos-exames-vitima-de-estupro-no-rio-toma-coquetel-de-medicamentos.html

'Eles iriam matá- la', desabafa parente de jovem vítima de estupro coletivo	26/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/eles-iriam-mata-la-desabafa-parente-de-jovem-vitima-de-estupro-coletivo.html
ONU condena estupros coletivos no Brasil e pede que não se culpe vítimas	26/05	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/onu-condena- estupros-coletivos-no-brasil-e-pede-que-nao-se-culpe- vitimas.html
Menor vítima de estupro coletivo no Rio presta novo depoimento à polícia	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/menor-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-presta-novo-depoimento-policia.html
RJ teve média de 13 estupros por dia entre janeiro e abril deste ano	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/rj-teve-media-de-13-estupros-por-dia-entre-janeiro-e-abril-deste-ano.html
Dornelles determina que investigação de estupro de menor é 'prioridade'	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/dornelles-determina-que-investigacao-de-estupro-de-menor-e-prioridade.html
Mural em repúdio ao estupro de menina no Rio é instalado na Paulista	27/05	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/ato-de-repudio-ao-estupro-de-jovem-no-rio-acontece-na-av-paulista.html
Secretária de Direitos Humanos diz que estupro coletivo é 'estarrecedor'	27/05	http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/05/secretaria-de-direitos-humanos-diz-que-estupro-coletivo-e-estarrecedor.html
Civil fala em 'indícios veementes' de estupro de	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/chefe-da-policia-civil-do-rio-fala-sobre-investigacoes-de-estupro.html

adolescente no Rio		
Unicef pede 'tolerância zero' com abusos contra menores no Brasil	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/unicef-pede-tolerancia-zero-com-abusos-contra-menores-no-brasil.html
Advogado de suspeito diz que adolescente não foi estuprada	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/advogado-de-suspeito-diz-que-adolescente-nao-foi-estuprada.html
'Falta detalhe jurídico' para prender suspeitos de estupro, diz Beltrame	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-ficara-impune-garante-ministro-da-justica-sobre-estupro-coletivo.html
Suspeito de estupro, namorado de vítima presta depoimento no Rio	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/suspeito-de-estupro-namorado-de-vitima-presta-depoimento-no-rio.html
Ministro se reunirá com Beltrame para discutir violência contra mulher	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/ministro-se-reunira-com-beltrame-para-discutir-violencia-contramulher.html
Temer anuncia departamento na PF para combater violência contra mulher	27/05	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/temer-repudia-estupro-e-anuncia-area-na-pf-para-coordenar-acoes.html
'Não é culpa da mulher, me sinto um lixo', diz adolescente estuprada no Rio	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-e-culpa-da-mulher-me-sinto-um-lixo-diz-adolescente-estuprada-no-rio.html
'Cultura do estupro' no Brasil é destaque na imprensa	27/05	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/cultura-do-estupro-no-brasil-e-destaque-na-imprensa-internacional.html

internacional		
mternacional		
Suspeito de divulgar imagem alega que não sabia de estupro de jovem	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/rapaz-que-divulgou-imagem-alega-que-nao-sabia-que-jovem-foi-estuprada.html
Beltrame classifica como 'barbárie' caso de estupro coletivo no Rio	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/beltrame-classifica-como-barbarie-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html
Em solidariedade à vítima de estupro coletivo no RJ, grupo faz ato no PR	27/05	http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/05/em-solidariedade-vitima-de-estupro-coletivo-no-rj-grupo-faz-ato-no-pr.html
Jovem vítima de estupro coletivo agradece mensagens na internet	27/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-vitima-de-estupro-coletivo-agradece-mensagens-na-internet.html
MP-RJ analisará pedido de troca de delegado na investigação de estupro	28/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/mp-rj-analisara-pedido-de-troca-de-delegado-na-investigacao-de-estupro.html
'Marcha das Vadias' pede fim da violência contra a mulher no Recife	28/05	http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/05/marcha-das-vadias-pede-fim-da-violencia-contra-mulher-no-recife.html
Jovem vai à polícia e se diz autor de vídeo com adolescente no Rio	28/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-vai-policia-e-se-diz-autor-de-video-com-adolescente-no-rio.html
PM faz ação em comunidade do Rio	28/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/pm-faz-acao-em-comunidade-do-rio-onde-jovem-foi-vitima-de-estupro.html

onde jovem foi vítima de estupro		
Suspeito de envolvimento em caso de estupro coletivo é detido no Rio	28/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/suspeito-de-envolvimento-em-caso-de-estupro-coletivo-e-detido-no-rio.html
'Quem compartilha vídeo de estupro também comete crime', dizem especialistas	28/05	http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/05/quem-compartilha-video-de-estupro-tambem-comete-crime-dizem-especialistas.html
Menor vítima de estupro saiu de casa e entrou em programa de proteção	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/menor-vitima-de-estupro-saiu-de-casa-e-entrou-em-programa-de-protecao.html
Família de vítima de estupro coletivo no Rio dispensa advogada	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-dispensa-advogada.html
'Castração química é nosso grito de punição', diz delegada sobre estupro	29/05	http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/05/castracao-quimica-e-nosso-grito-de-punicao-diz-delegada-sobre-estupro.html
Mulheres fazem manifestação pelo fim da cultura do estupro, em Goiânia	29/05	http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/05/mulheres-fazem-manifestacao-pelo-fim-da-cultura-do-estupro-em-goiania.html
Após críticas, coordenação de caso de estupro no Rio muda de delegacia	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/apos-criticas-investigacao-de-estupro-mudara-de-delegacia-no-rio.html

'O próprio delegado me culpou', diz menor que sofreu estupro no Rio	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/o-proprio-delegado-me-culpou-diz-menor-que-sofreu-estupro-no-rio.html
Decisão de afastamento de delegado do caso de estupro no Rio é adiada	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/decisao-de-afastamento-de-delegado-do-caso-de-estupro-no-rio-e-adiada.html

PM faz nova operação em busca de suspeitos de estupro coletivo no Rio	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/pm-faz-nova-operacao-em-busca-de-suspeitos-de-estupro-coletivo-no-rio.html
'Não há vestígio de sangue', diz Polícia Civil sobre imagens de estupro	29/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-havestigio-de-sangue-diz-policia-civil-sobre-imagens-de-estupro.html
Suspeito de envolvimento com estupro foi preso durante entrevista	30/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/suspeito-de-envolvimento-com-estupro-foi-preso-durante-entrevista.html
Polícia do RJ identifica 7º suspeito em caso de estupro de adolescente	30/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rj-identifica-7-suspeito-em-caso-de-estupro-de-adolescente.html
Laudo feito 4 dias após estupro no Rio não aponta indício de violência	30/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/laudo-nao-aponta-indicios-de-violencia-em-caso-de-estupro-no-rio.html
Mulheres fazem passeata contra estupro no centro de Votuporanga	30/05	http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2016/05/mulheres-fazem-passeata-contra-estupro-no-centro-de-votuporanga.html

Dois suspeitos do caso de estupro coletivo são presos no Rio	30/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/um-dos-suspeitos-do-caso-de-estupro-coletivo-se-entrega-no-rio.html
Ministério da Justiça cria núcleo de combate a crimes contra mulheres	31/05	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/ministerio-da-justica-cria-nucleo-de-combate-crimes-contra-mulheres.html
Suspeitos de estupro vão prestar novo depoimento sobre o caso	31/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/suspeitos-de-estupro-vao-prestar-novo-depoimento-sobre-o-caso.html
Jovem estuprada recebe ameaças até de fora do RJ, diz secretário	31/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-estuprada-recebe-ameacas-ate-de-fora-do-rj-diz-secretario.html
Após estupro coletivo no Rio, jovens usam WhatsApp em situação de risco	31/05	http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2016/05/apos-estupro-coletivo-de-adolescente-jovens-usam-whatsapp-para-situacoes-de-risco-empiracicaba.html
Polícia faz diligências para localizar foragidos suspeitos de estupro no Rio	31/05	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-faz-diligencias-para-localizar-foragidos-suspeitos-de-estupro-no-rj.html
Temer propõe 'esforço conjunto' para 'banir' violência contra a mulher	31/05	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/ha-violencia-permanente-contra-mulher-em-todos-estados-diz-temer.html
Cidades têm manifestações após estupro coletivo no Rio de Janeiro	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/cidades-tem-manifestacoes-apos-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html
Delegada diz que polícia vai voltar ao local de estupro	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/delegada-diz-que-policia-vai-voltar-ao-local-de-estupro-coletivo-no-rio.html

coletivo no Rio		
UnB tem protesto contra estupro em alusão a caso relatado no RJ	01/06	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/unb-tem-protesto-contra-estupro-em-alusao-caso-relatado-no-rj.html
Irmão de suspeito de estupro coletivo no Rio diz que homem se entregou	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/suspeito-de-envolvimento-em-estupro-coletivo-e-levado-para-presidio-no-rio.html
Manifestantes fazem ato contra estupro no Centro de Campinas	01/06	http://g1.globo.com/sp/campinas- regiao/noticia/2016/06/manifestantes-fazem-ato-contra- estupro-no-centro-de-campinas.html
500 pessoas participam de protesto contra o estupro em Araraquara, SP	01/06	http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/06/500-pessoas-participam-de-protesto-contra-o-estupro-emararaquara-sp.html
Mulheres fazem ato contra o machismo no Centro do Rio	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/mulheres-se-concentram-para-ato-no-centro-do-rio.html

Mulheres fazem ato contra cultura do estupro em cidades do Sul de Minas	01/06	http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/06/mulheres-fazem-ato-contra-cultura-do-estupro-em-cidades-do-sul-de-minas.html
Após ato do MTST, mulheres protestam contra estupro na Paulista	01/06	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/apos-ato-do-mtst-mulheres-protestam-contra-estupro-na-paulista.html
Mulheres se reúnem em ato contra a 'cultura do estupro' em Cuiabá	01/06	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/06/mulheres-se-reunem-em-ato-contra-cultura-do-estupro-em-cuiaba.html

-	1	
Mulheres da OAB Santarém fazem vídeo pelo fim da cultura do estupro	01/06	http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2016/06/mulheres-da-oab-santarem-fazem-video-pelo-fim-da-cultura-do-estupro.html
Advogado de preso por estupro coletivo leva testemunha para DP	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/advogado-de-preso-por-estupro-coletivo-leva-testemunha-para-dp.html
Após estupro coletivo no Rio, grupo faz manifestação em Belo Horizonte	01/06	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/06/apos-estupro-coletivo-no-rio-grupo-faz-manifestacao-em-belo-horizonte.html
Em carta à ex- cunhada, suspeito afirma que ajudou vítima de estupro	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/em-carta-ex-cunhada-suspeito-afirma-que-ajudou-vitima-de-estupro.html
Polícia vai realizar perícia em colchão usado durante estupro coletivo no Rio	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-vai-realizar-pericia-em-colchao-usado-durante-estupro-coletivo-no-rio.html
Denúncias anônimas dão informação sobre suspeitos em caso de estupro	01/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/denuncias-anonimas-dao-informacao-sobre-suspeitos-em-caso-de-estupro.html
Grupo protesta contra cultura do estupro e machismo em Maringá	02/06	http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2016/06/grupo-protesta-contra-cultura-do-estupro-e-machismo-emmaringa.html
Ministério da Justiça publica portaria que cria Núcleo de Proteção à Mulher	02/06	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/ministerio-da- justica-publica-portaria-que-cria-nucleo-de-protecao- mulher.html

Estupro coletivo no Rio motiva protesto de mulheres em Vitória	02/06	http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/06/estupro-coletivo-no-rio-motiva-protesto-de-mulheres-em-vitoria.html
Estudantes protestam em Fortaleza contra estupro coletivo no Rio	02/06	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/06/estudantes-protestam-em-fortaleza-contra-estupro-coletivo-no-rio.html
Polícia pede a prisão de mais 2 no caso de estupro coletivo no Rio	02/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-pede-prisao-de-mais-2-no-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html
Mulheres fazem protesto contra estupro em Nova Friburgo, no RJ	02/06	http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2016/06/mulheres-fazem-protesto-contra-estupro-em-nova-friburgo-no-rj.html
Suspeitos de participar de estupro são levados para presídio no RJ	02/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/suspeitos-de-participar-de-estupro-tem-transferencia-para-presidio-autorizada.html
Após estupro coletivo no Rio, grupo faz manifestação em Juiz de Fora	02/06	http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/06/apos-estupro-coletivo-no-rio-grupo-faz-manifestacao-em-juiz-de-fora.html
Suspeito de envolvimento em estupro coletivo é levado para presídio no Rio	03/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/suspeito-de-envolvimento-em-estupro-coletivo-e-levado-para-presidio-no-rio.html
Polícia procura cinco suspeitos em caso de estupro coletivo no Rio	03/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-procura-por-cinco-suspeitos-em-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html

O que a lei brasileira diz sobre estupro	03/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/o-que-lei-brasileira-diz-sobre-estupro.html	
Celular usado para filmar vítima de estupro coletivo no Rio é apreendido	03/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/celular-usado-para-filmar-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-e-apreendido.html	
Mulheres pedem o fim da cultura do estupro em ato na orla de Maceió	04/06	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/06/mulheres-pedem-o-fim-da-cultura-do-estupro-em-ato-na-orla-de-maceio.html	
Grupo protesta contra estupro e machismo em Salvador	04/06	http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/grupo-protesta-contra-estupro-e-machismo-em-salvador.html	
Jovem vítima de estupro no Rio teria sido abusada por grupos diferentes	04/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/jovem-vitima-de-estupro-no-rio-teria-sido-abusada-por-grupos-diferentes.html	
Grupo protesta contra estupro e machismo no Centro do Recife	04/06	http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/06/grupo-protesta-contra-estupro-e-machismo-no-centro-do-recife.html	
Grupo faz ato no centro de Bauru em defesa dos direitos das mulheres	05/06	http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/06/grupo-faz-ato-no-centro-de-bauru-em-defesa-dos-direitos-das-mulheres.html	
Polícia encontrou celular de suspeito de estupro monitorando redes sociais	06/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-encontrou-celular-de-suspeito-de-estupro-monitorando-redes-sociais.html	
'Errada era ela', diz suspeito de estupro coletivo no Rio	06/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/ali-era-o-lugar-dos-traficantes-diz-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html	

Menina denuncia pai por estupro após assistir reportagem, diz polícia	07/06	http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/06/menina-denuncia-pai-por-estupro-apos-assistir-reportagem-diz-policia.html	
Após estupro, polícia cria atendimento especial para vítimas de violência	07/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/apos-estupro-policia-cria-atendimento-especial-para-vitimas-de-violencia.html	
Após críticas, chefia de polícia do Rio troca delegado titular da DRCI	07/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/apos-criticas-chefia-de-policia-do-rio-troca-delegado-titular-da-drci.html	
Laudo de vídeo aponta 4, e não 3, homens em cena de estupro no Rio	07/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/laudo-de-video-aponta-4-e-nao-3-homens-em-cena-de-estupro-no-rio.html	
Polícia analisa chinelo usado por suspeito de estupro coletivo no Rio	07/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-analisa-chinelo-usado-por-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html	
Ato contra 'cultura do estupro' ocupa faixas da Avenida Paulista, em SP	08/06	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/ato-contra-cultura-do-estupro-ocupa-faixas-da-avenida-paulista-em-sp.html	
Jogador presta mais esclarecimentos sobre caso de estupro coletivo no Rio	08/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/jogador-presta-mais-esclarecimentos-sobre-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html	
Polícia voltará a ouvir adolescente que sofreu estupro coletivo no Rio	08/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-voltara-ouvir-adolescente-que-sofreu-estupro-coletivo-no-rio.html	
'Intenso desgaste', diz Polícia Civil	08/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/intenso-desgaste-diz-policia-civil-sobre-afastamento-de-delegado-no-	

sobre afastamento de delegado no RJ		rj.html	
Polícia investiga quantas pessoas levaram menina para 'abatedouro'	09/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-investiga-quantas-pessoas-levaram-menina-para-abatedouro.html	
Polícia faz reconstituição do dia em que jovem foi vítima de estupro no Rio	09/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-faz-reconstituicao-do-dia-em-que-jovem-foi-vitima-de-estupro-no-rio.html	
Casa onde aconteceu estupro coletivo no Rio terá nova perícia	09/06	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/casa-onde-aconteceu-estupro-coletivo-no-rio-tera-nova-pericia.html	

SALTO TEMPORAL:

Polícia analisa perícia do celular de suspeito de estupro coletivo no Rio		http://g1.globo.com/rio-de- janeiro/noticia/2016/06/policia-analisa-pericia-do- celular-de-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html
Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados	17/06	http://g1.globo.com/rio-de- janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de- estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html